

HONRA A AMILCAR CABRAL !

VIVA A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU !

No passado dia 20 de Janeiro, fez um ano que foi assassinado Amílcar Cabral, um dos fundadores do P.A.I.G.C. e, ao tempo, seu secretário geral, sem dúvida uma das figuras mais destacadas na luta contra o colonialismo e o imperialismo e, um dos obreiros, do actual estado da Guiné-Bissau.

O colonialismo português, apoiado pelos imperialistas da OTAN e demais forças da reacção internacional, julgou que, com mais este crime, poderia travar a luta de libertação nacional levada a cabo pelos patriotas da Guiné e Cabo Verde.

No entanto, os próprios acontecimentos vieram demonstrar-lhes que enganados estavam !

O assassinato, de um homem, como o era Amílcar Cabral, foi sentido e repudiado nos meios progressistas de todo o mundo e, mais ainda, por todos os seus companheiros de luta ; veio também provar e demonstrar aos colonialistas o poder organizativo do P.A.I.G.C., a sua força, o seu verdadeiro enraizamento no povo guineense; a sua inabalável decisão de continuar a luta que culminou com a proclamação, em 24 de Setembro, de 1973, da REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU.

Conhecendo e temendo a extraordinária personalidade que era Amílcar Cabral, a reacção quis, sem dúvida, ao cometer mais este cobarde e hediondo assassinato político, (Já antes tinha feito o mesmo a Eduardo Mondlane, dirigente do FRELIMO), dar um golpe nos estrondosos êxitos diplomáticos que o P.A.I.G.C. estava a conseguir internacionalmente.

No entanto, a história provou, mais uma vez, que nada consegue travar o ímpeto de um povo em luta e, veio a acentuar-se, ainda mais, o isolamento do fascismo.

A atestá-lo está o reconhecimento, por mais de 80 países, da jovem república.

No entanto, o povo da Guiné-Bissau não está ainda totalmente libertado da exploração e agressão do governo colonialista português.

Este, minado de contradições, sofrendo pressões internas, devido à luta do povo português e, externas, com imensas organizações democráticas e toda uma opinião pública internacional manifestando-se abertamente contra o colonialismo, o governo, de Marcelo Caetano, queima cartuchos numa guerra que os seus próprios generais consideram perdida.

O povo português toma cada vez mais consciência da impossibilidade da sua libertação do jugo fascista, enquanto o imperialismo e a reacção tiverem forças para manter essa guerra de agressão a povos irmãos que lutam pela sua independência e pelo direito de autodeterminação.

Por isso a luta do povo português contra a guerra colonial cresce e toma formas cada vez mais radicais.

Assim, são cada vez mais frequentes, as manifestações de rua; com particular importância a que se realizou, durante o 3º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em que, cerca de 4.000 pessoas, se manifestaram contra a guerra colonial.

Importantíssimas foram também as grandes campanhas políticas de esclarecimento e agitação acerca da guerra colonial, (A quem serve? Super exploração e sofrimento para o povo português.), levada a cabo pela C.D.E. durante o período dito eleitoral.

Em tudo isto a juventude tem tido papel capital, estando sempre nas primeiras fileiras do combate quer, pelas formas de luta adoptadas quer, pela combatividade e determinação que tem demonstrado.

Só assim, com uma luta verdadeiramente consequente, os democratas portugueses conseguirão, de facto, homenagear, o grande dirigente da Revolução Africana, que foi Amílcar Cabral.

FIM À GUERRA COLONIAL !

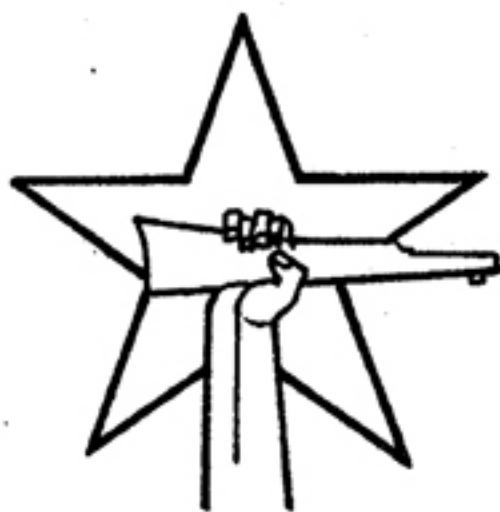
EXIJAMOS O RECONHECIMENTO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU !

NEGOCIAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO !

REGRESSO DOS SOLDADOS !

COMISSÃO DOS ESTUDANTES DEMOCRATAS DE LISBOA (C.E.D.L.)

SOLIDARIEDADE
INTERNACIONALISTA PROLETÁRIA
COM
OS POVOS DAS COLÓNIAS



M.P.A.C.

UM GRUPO DE SIMPATIZANTES DO
MOVIMENTO POPULAR ANTI-
-COLONIAL

x
AMILCAR
CABRAL



FALA AOS
PORTUGUESES

PAIGC

A RESISTÊNCIA CULTURAL

TEXTO ESCRITO, DE FORMA CONDENSADA, A PARTIR
DE UMA GRAVAÇÃO DA INTERVENÇÃO EM CRIOULO NO
SEMINÁRIO DE QUADROS DO PARTIDO, REALIZADO DE
19 A 24 DE NOVEMBRO DE 1969, PELO CAMARADA

AMILCAR CABRAL

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO PAIGC

1974

ACERCA DA SITUAÇÃO DA GUINÉ

**DECLARAÇÃO DO GOVERNO
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

25 de Novembro de 1970

A 22 de Novembro de 1970, recorrendo ao método de pirataria, os colonialistas portugueses, apoiados pelo imperialismo ianque, enviaram temerariamente tropas mercenárias para lançar um ataque de surpresa contra a República da Guiné, na vã esperança de derubar num golpe o seu Governo, chefiado pelo Presidente Sekou Touré, e levar novamente o Povo guineense para o tenebroso abismo da dominação colonialista. Isto constitui mais um monstruoso crime do imperialismo ianque e colonialistas portugueses contra o Povo guineense e demais povos africanos. O Governo e o Povo da China manifestam imensa indignação e condenam da forma mais severa essa destacada acção agressiva.

Sob a chefia do Presidente Sekou Touré, o heróico Povo guineense e as suas forças armadas, com imenso ódio pelo inimigo comum e empenhando-se em valente combate, assestam duros golpes nos invasores, defendendo vitoriosamente a soberania e a independência nacionais. O Governo e o Povo da China enaltecem calorosamente o espírito revolucionário do Povo da Guiné ao resistir aos agressores estrangeiros e aclamam calorosamente a vitória por ele adquirida na luta contra a agressão.

Os colonialistas portugueses enriqueceram-se saqueando cruelmente os povos africanos. Já em meados do Século XV, eles deram início ao criminoso negócio no tráfico de negros na África, o mais cruel da História. Há séculos, vêm ocupando territórios africanos com uma extensão que representa mais de vinte vezes da do próprio país, oprimindo e explorando cruelmente os povos daquele Continente.

Após a 2^a Guerra Mundial, os colonialistas portugueses tornaram-se fieis peões do imperialismo ianque na repressão do movimento da libertação nacional na África. Eles recorrem à violência para reprimir sangrentamente a luta pela independência nacional dos povos da Guiné(Bissau), Angola, Moçambique e outras regiões e, junto com as autoridades coloniais brancas da África do Sul e da Rodésia do Sul, promovem activamente bárbaras políticas de discriminação racial e realizam constantemente invasões armadas contra o sagrado território da República da Guiné, da República Unida da Tanzânia e da República da Zâmbia, ameaçando seriamente a soberania e a segurança aos países africanos independentes.

O império colonial português, podre até à medula, ousa desencadear tão descarada invasão contra a Guiné, pela simples razão por que conta com o apoio do imperialismo ianque. O imperialismo norte-americano, assediado por dificuldades interna e externa, não pode senão recorrer mais e mais ao método de lançar asiáticos contra asiáticos, lançar africanos contra africanos, comprar traidores de diversos países e mobilizar tropas mercenárias para promover a sua política neo-colonialista. As tropas mercenárias europeia e africana que invadem agora a grande República da Guiné constituem um destacamento, especial do imperialismo norte-americano.

O facto dos Estados Unidos, esse baluarte do neocolonialismo que tenta escravizar os povos de todo o Mundo, abraçarem-se com Portugal, esse panturrado velho país colonialista, não se mostra absolutamente qualquer força de parte do colonialismo. Ao contrário, só se mostra que já não está longe o dia em que o colonialismo, o capital monopolista, o imperialismo e o neocolonialismo, esses vermes serão totalmente lançados ao monturo da História. Com seus desesperados contra-ataques, o imperialismo ianque e o imperialismo português jamais conseguirão salvar-se da inevitável ruína.

O significado da luta do Povo guineense vai muito além dos limites da Guiné.

O Povo guineense combate não apenas pela independência e a soberania da Pátria, mas também pela independência e a soberania

O POVO GUINEENSE EM COMBATE VALENTE

CONAKRY, 25. - Sob o comando do Presidente Sekou Touré, o heróico Povo e as forças armadas da Guiné empenham-se em valente combate, tendo vibrado duros golpes aos colonialistas portugueses e mercenários e conseguido grandes vitórias sobre os inimigos invasores.

Segundo foi anunciado, foram mortos 200 dos 350 mercenários que lançaram invasão marítima à Capital da Guiné, com o apoio do imperialismo norte-americano, sendo muitos outros capturados. Os que fugiram para barcos de guerra portugueses continuam a lançar perturbações, esperando ocasião para novas invasões.

Numa entrevista concedida a jornalistas do Senegal, Ismael Touré, membro do Politburo Nacional do Partido Democrático da Guiné e Ministro das Finanças, deu um balanço da recente repulsa da invasão pelo Povo e Exército guineenses.

Participaram nesta invasão de Conakry, capital da Guiné, 300 mercenários brancos e africanos, além de 50 contra-revolucionários guineenses no exílio que serviam de guia. Na madrugada do dia 22, eles saíram dos navios de guerra e tomaram barquinhos para desembarque. O primeiro objectivo dos mercenários intrusos foi a vivenda do Verão que o Presidente Sekou Touré tinha à beira do mar. O inimigo atacou e incendiou a vivenda. Porém, em vão visto que lá o Presidente não estava. Os invasores ocuparam ainda uns pontos estratégicos de Conakry, incluindo quartéis e uma central eléctrica.

A resistência foi rapidamente organizada pela Guiné contra os ataques de surpresa dos inimigos intrusos. Oficiais governamentais dirigiram unidades

dos países africanos, combate pelos países do Mundo inteiro que apreciam a sua independência e a soberania. Não permitiremos, de jeito nenhum, que os imperialistas ianques e portugueses tenham êxito em suas manobras. Caso contrário, o que acontece hoje na Guiné terá lugar amanhã noutros países da África e noutras regiões do Mundo.

A luta do Povo guineense não está nada isolada. O Povo chinês vos apoia decididamente. Sob a direcção do Presidente Sekou Touré, estreitando a unidade, elevando a vigilância e persistindo na luta, o Povo guineense será vitorioso!

ENTREVISTA DE CHOU EN-LAI

O Primeiro Ministro Chou En-lai entrevistou-se, no passado dia 24 à tarde, com o Encarregado Interino dos Negócios da Embaixada da República da Guiné em Pequim, Bangoura Casimir, mantendo com ele uma longa conversação.

O Primeiro Ministro Chou En-lai acentuou: "O Governo e o Povo da China condenam com a maneira mais severa o imperialismo norte-americano por apoiar os colonialistas portugueses a enviar tropas mercenárias para invadir a Guiné, apoiam com a maior firmeza o Governo e o Povo da Guiné em sua justa luta em defesa da independência e da soberania nacionais." O Primeiro Ministro Chou En-lai expressou a admiração pelas resolutas medidas adoptadas pelo presidente Sekou Touré para resistir aos agressores e manifestou a convicção de que es-treitando a unidade e persistindo no combate, o heróico povo guineense, sob a direcção do Presidente Sekou Touré, há-de aniquilar cabalmente a agressão dos colonialistas portugueses e das suas tropas mercenárias e conquistará a vitória na luta em defesa da dignidade e da soberania da Pátria.

combativas e entraram em combate, enquanto foram chamadas para a Capital tropas do interior do país. A milícia armada entrou valentemente em combate, junto com um grande número de cidadãos da Capital que receberam armas distribuídas.

À tarde, o Exército guineense começou já a lançar contra-ataques em larga escala. Recuperou rapidamente as posições-chaves ocupadas e dominou a situação. Com os pesados golpes recebidos, os mercenários intrusos fugiram em debandada, enquanto muitos foram mortos e capturados. Um pequeno grupo de mercenários, que fugiram para o mar e tentaram oferecer a última resistência à custa dos rochedos, vieram a ser aniquilados completamente.

À noite, os colonialistas portugueses, que se encontravam nos seus barcos enviaram mercenários para socorrer outros que foram dispersados em terra. A tentativa de desembarque falhou, devido às violentas intercepções por parte do Exército guineense.

Não se resignando com a derrota sofrida, os colonialistas portugueses continuaram a manter seus navios de guerra nas águas territoriais da Guiné. E nos dias de 23 e 24, aproveitando-se da escuridão de noite e do tempo nevoento, moveram os barcos de guerra para perto da costa guineense e bombardearam com canhões para terra tentando proteger os mercenários num novo desembarque, que também foi malogrado.

50 ANOS DE FASCISMO 500 ANOS DE COLONIALISMO

AOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Contra o mesmo inimigo, o mesmo combate. A luta do povo português e a luta dos povos das colónias é a mesma luta.

O povo português, principalmente a classe operária e os camponeses, conheceram o que foram 50 anos de fascismo. Conheceram e conhecem ainda a exploração e a opressão dos patrões e dos latifundiários. O povo sabe que, se o fascismo caiu, a exploração continua. E enquanto ela continuar, a nossa luta não pára.

Mas, nas colónias, os povos africanos da Guiné-Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique sofreram na sua carne 500 anos de colonialismo.

Foi contra o colonialismo e pela conquista da sua independência e libertação que os povos africanos lutaram e lutam ainda de armas na mão.

Quem oprime, explora e assassina os povos das colónias?

Quem oprime e explora o povo português e envia os soldados para matar e morrer?

É o capitalismo. São os colonialistas, os fascistas e os imperialistas.

O QUE É O COLONIALISMO?

O colonialismo é a opressão, a super-exploração e o racismo. É a pilhagem das riquezas de outras nações, a destruição física e cultural dos seus povos, é a fome, a miséria, a doença, o analfabetismo. E, quando esses povos se revoltam, é a guerra, o bombardeamento e o massacre. O colonialismo é a usurpação da independência nacional desses povos, é o roubo do seu país pelo ocupante.

O que foi a pilhagem colonialista a que se chamou «levar a civilização»?

- Foi a escravatura, a venda de milhões de escravos para as roças do Brasil.
- Foi o roubo sistemático das terras aos negros pelas grandes companhias. Foi o incêndio das suas aldeias e a destruição das suas culturas para os forçar a ir trabalhar, com salários de fome, para as roças dos Espírito Santo, do Banco Ultramarino, dos Melo, dos Vieira de Brito, dos imperialistas como a Sena Sugar, a Cotonang, etc., etc.

- Foi e é o escândalo afrontoso da Diamang - Companhia Majestática. Em 1970, 28 000 trabalhadores angolanos enquadrados por 700 europeus (80% de todo o pessoal mineiro da colónia) em jazigos que cobriam áreas de 221 000 km². Para uma companhia com volumes de exportação de cerca de dois milhões de contos anuais, o salário médio do trabalhador africano era de 10\$00 diários.

Não falando já na venda da força do trabalhador moçambicano arrebanhado para as Minas de Ouro da África do Sul, às dezenas de milhar por ano. Minas tão primitivas que a sua rentabilidade só se mantém pela exploração desenfreada do trabalhador moçambicano, com a conivência interessada do Governo Português.

- Foi a destruição das suas lavras ou, mais exactamente, das suas culturas de subsistência, e a cultura obrigatória do algodão, café, açúcar, sisal, palmares, forçando os camponeses africanos a produzir quase de graça para as grandes companhias e para a indústria portuguesa, deixando de poder cultivar os alimentos tradicionais necessários à sua subsistência. Foi o desapossar das fontes de pescado, que constituía um dos mais ricos alimentos, para ser transformado em farinha de peixe pelos colonialistas, vendida em chorudos negócios nos mercados mundiais.

- Foi o CONTRATO, nome que encobre o crime do trabalho forçado: os trabalhadores são arrebanhados pelos chefes de Posto. Toda a companhia tinha um angariador que negociava, a tanto por cabeça, com a Administração, o preço da leva de contratados. Arrancados às suas aldeias, iam trabalhar como escravos, com salários de 3 a 5\$00 por dia, nas grandes fazendas, onde morriam de cansaço, fome e doença, longe das suas terras, a encher os bolsos dos fazendeiros e das grandes companhias. Anos e anos as roças de cacau e de café dos negreiros Val Flor e BNU, em S. Tomé, viveram de milhares de Angolanos para ali transportados como gado, trabalho escravo lega-

lizado pela Administração governativa. Por isso os colonialistas diziam que S. Tomé, Angola e Moçambique eram a grande mina, a terra do futuro. A grande mina, a «árvore das patacas» não eram outra coisa senão o trabalho gratuito de milhões de trabalhadores africanos.

● Foi a destruição física e moral de povos inteiros através de um trabalho sem horário nem salário, debaixo do chicote e da espingarda. Ao fim da semana, o trabalhador negro estava endividado e era obrigado a trabalhar sempre para o mesmo patrão. Se recusava ou fugia, o patrão chamava o cipaio: era o espancamento, às vezes a morte.

● Foi e é o racismo. Para o colonialista, os negros são:

Bêbados — Mas o alcoolismo foi introduzido pelos brancos, as tascas eram sempre de brancos, a aguardente e o vinho a martelo eram-lhes vendidos pelo branco. No álcool, o negro esmagado encontrava o sono e o esquecimento, no álcool encontrava o colonialista enriquecido um meio de dominar e corromper a resistência dos oprimidos. E, depois, todo o negro considerado embriagado, com as devidas palmatoadas, era entregue à Administração para trabalhar gratuitamente nas obras do Estado.

Crianças grandes — Porque não tinham os mesmos interesses que os brancos, porque tinham uma cultura diferente, porque pareciam ingênuos face ao cinismo dos colonos.

Dêbeis mentais — Porque eram obrigados ao silêncio e à obediência, ao analfabetismo.

Preguiçosos — Porque resistiam ao trabalho escravo, porque a resistência passiva e a lentidão eram a única resposta possível de um trabalhador subalimentado e sem esperança de ganhar mais trabalhando mais.

Ladrões — Quando, obrigados pela miséria e pela fome, depois de roubados e espoliados, se reapropriam do que é seu.

Primitivos e selvagens — Quando falam a sua língua, quando conservam os seus hábitos e costumes tradicionais:

● Foi o sufocar da cultura nativa pela destruição das suas comunidades, pela imposição da língua portuguesa e de valores morais e culturais que lhes eram totalmente estranhos. E quando começa, nas cidades, uma outra cultura negra, esta de resistência ao colonialismo, ela volta a ser negada: a censura e a pide encarregam-se de impor o silêncio. Quem conhece em Portugal a literatura, a escultura, o canto e até o cinema de resistência dos povos das colónias? Quase ninguém. Como também nada sabemos da construção dum mundo novo, duma sociedade mais justa e mais livre, nos territórios libertados.

E porque foram destruídas as suas tradições, comunidades e foi sufocada a sua cultura, passou a dizer-se que eram «povos sem história».

E, quando o negro pega em armas para reconquistar a dignidade, a liberdade e a sua terra, passa a ser um «TURRA».

DA REVOLTA À LUTA ARMADA

Em princípios de 1961, os pequenos agricultores negros da Baixa do Cassange, no norte de Angola, forçados a cultivar algodão e a vendê-lo abaixo do custo à companhia concessionária Cottonang, recusaram continuar. Recusaram vender. O governo português, pela voz do comandante militar general Monteiro Libório, mandou bombardear a napalm. Três dias o Cassange foi varrido a fogo: 10 000 mortos, homens, mulheres e crianças. Um dos comandantes dos aviões, major Ervedosa, testemunhou e denunciou este crime.

No dia 4 de Fevereiro de 1961, um destacamento de patriotas angolanos do MPLA assalta as cadeias para libertar os seus companheiros encarcerados pela pide.

Em 1960, quando milhares de trabalhadores se concentram em Mueda, no norte de Moçambique, reclamando liberdade e melhores salários, o governador manda abrir fogo: mais de 600 pessoas são mortas. De Mueda saíram os primeiros guerrilheiros da FRELIMO. É em Junho de 1964 que a FRELIMO se decide pela luta armada.

Em 3 de Agosto de 1959, os estivadores de Pidgiguiti, em Bissau, fizeram greve para melhorar os salários que nem sequer matavam a fome. A policia metralhou os grevistas. No mar ficaram 50 mortos.

A 19 de Setembro, Amílcar Cabral e Aristides Pereira, em reunião clandestina com outros dirigentes do PAIGC, decidem lutar contra os colonialistas portugueses por todos os meios, incluindo o da luta armada. Depois de repetidos apelos para uma mudança pacífica, o PAIGC desencadeia as primeiras operações militares em Janeiro de 1963.

E quando o negro pega em armas para reconquistar a sua dignidade, a sua liberdade e a sua terra, a resposta dos colonialistas é: os campos de concentração do Tarrafal, do Bié, de S. Nicolau, da Ilha das Galinhas, as prisões de S. Paulo e da Machava e os massacres hoje simbolizados nos nomes de Chawola, Juwau, Mucumbura e Wiryamu.

O QUE MUDA E O QUE NÃO MUDA NAS COLÓNIAS

Perante a crescente revolta dos trabalhadores africanos e as vitórias da luta armada conduzida pelo PAIGC, MPLA e FRELIMO, os colonialistas portugueses foram obrigados a aceitar algumas «reformas», a mudar alguns aspectos da pilhagem das colónias. Assim, os africanos deixaram de ser «indígenas» e passaram a ser considerados «cidadãos portugueses». O trabalho forçado foi tomando formas disfarçadas. Os camponeses deixaram de ser obrigados a cultivar por conta das grandes companhias.

Por outro lado, o governo fascista teve de consentir na instalação de algumas indústrias nas colónias, que até aí eram mercado exclusivo para os produtos da indústria portuguesa. E, para ter o apoio dos seus aliados imperialistas, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha, do Japão ou da África do Sul, tiveram de abrir as portas aos seus capitais. Os imperialistas, já com interesses firmados nas minas e nos campos, desde os anos 60, passaram a pilhar também sistematicamente as demais riquezas de Angola e Moçambique: o petróleo, o ferro, etc.

Em resumo, podemos dizer que os colonialistas foram obrigados a abandonar algumas das formas mais primárias de exploração, intensificando-a e alargando-a, de parceria com os seus aliados imperialistas. Mas, se o trabalho forçado se atenua, os salários continuam salários de fome. Se a cultura obrigatória do algodão acabou, os cultivadores negros têm, à mesma, de o vender às grandes companhias, pelo preço que estas querem. Se os africanos passaram de «indígenas» a «cidadãos», a verdade é que continuaram a viver em regime de terror, a verdade é que continuaram a ser massacrados à mínima suspeita de revolta ou apoio aos Movimentos de Libertação.

A luta armada progride até ao ponto de se aproximar a derrota do exército colonial português.

É esta situação que leva largos sectores da Igreja a denunciarem corajosamente os massacres das populações, a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos.

É esta situação que leva os capitães a compreender que a guerra está perdida e que «há que ter em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos das colónias a governarem-se por si próprios».

É nesta situação que aparece o general Spínola, chefe dum exército colonial, com a tese de que a guerra não pode ter solução militar e é preciso encontrar a solução política.

E os capitães tomam então consciência de que, para acabar com a guerra, é necessário derrubar o fascismo.

A NOVA TÁCTICA DOS COLONIALISTAS

Não podendo continuar a explorar como antes, os colonialistas prepararam uma nova tática: mudar o regime político nas colónias para poder continuar a explorar os trabalhadores africanos. A esta política pôs-se o nome de **neo-colonialismo**, ou seja, um novo colonialismo. Porquê? Porque se abandona a dominação política directa dos povos das colónias, mas mantém-se a mesma exploração. Concede-se uma semi-independência, uma independência aparente, mas conservam-se os interesses económicos.

Como dizem os jornais, abriram-se negociações com o PAIGC e a FRELIMO. A Televisão mostra-nos sorrisos, apertos de mão e dá-nos a ouvir declarações optimistas. Mas que se passa por trás de tudo isto? A guerra continua e os novos governantes portugueses obstinam-se em não reconhecer a independência imediata das colónias, em não reconhecer o direito dos povos coloniais à independência imediata, total e sem condições.

Que querem os Movimentos de Libertação? A independência. A **independência não se negocia**, declaram o PAIGC, o MPLA e a FRELIMO. O que se deve negociar é um acordo sobre a forma de passagem à independência: a retirada das tropas portuguesas, a entrega do poder aos movimentos legítimos representantes desses povos, as futuras relações de amizade e cooperação entre o povo português e os povos das colónias.

Mas, em vez da independência, os novos governantes falam de soluções separadas para a Guiné, Angola e Moçambique. Falam de soluções separadas para a Guiné e Cabo Verde. Falam de Federação. Federação quer dizer: as colónias não seriam independentes, mas «autónomas», isto é, Portugal continuaria a dispor de poder político nas colónias.

Falam de autodeterminação e referendo. Primeiro, recusaram os direitos políticos dos povos das colónias. Mas, quando estes conquistam a independência de armas na mão, vêm propor uma eleição feita sob o controle dos colonialistas, esperando assim obter um resultado menos mau para os seus interesses.

Tudo isto porquê? Porque esperam poder dividir os Movimentos de Libertação. Porque esperam fazer de alguns africanos vendidos dirigentes fantoches que possam apresentar como representativos. Porque esperam que as «grandes potências» (Estados Unidos, URSS, etc.) façam um acordo entre si para impor uma cedência aos Movimentos de Libertação. Porque esperam que os aliados destes Movimentos lhes diminuam o auxílio, como já tem acontecido, de modo a que percam na mesa de negociações o que ganharam em combate.

Quem está por trás desta política? São os monopólios nacionais e coloniais — CUF, Champalimaud, Espírito Santo e C.ª; a Diamang, o BNU, as Algodoeiras, as Açucareiras, etc. São os seus comparsas internacionais, os imperialistas americanos, alemães, ingleses, japoneses ou sul-africanos.

É a altura de perguntar: a quem obedecem os novos governantes? À vontade profunda do povo português e dos povos das colónias, que desejam a independência imediata, ou aos colonialistas e imperialistas que a desejam atrasar, ou impedir, a fim de melhor consolidar os seus interesses?

O MESMO INIMIGO, O MESMO COMBATE

O PAIGC, o MPLA e a FRELIMO sempre declararam que o seu inimigo não era o povo português, mas sim o colonialismo português. Os inimigos do povo e dos soldados portugueses não são os guerrilheiros africanos. Estes são nossos aliados, como o 25 de Abril o demonstrou. O 25 de Abril foi a derrota do exército colonial. Foi o resultado das vitórias dos Movimentos de Libertação e das lutas do povo português contra o capitalismo, o fascismo e o colonialismo. Mas não é só o 25 de Abril que mostra a convergência das nossas lutas. É também o que desde então se passa em Portugal e nas colónias.

Em Portugal: grandes manifestações populares nas ruas das cidades, vilas e aldeias, numa vaga de lutas contra o fascismo, o capitalismo e o colonialismo. A maior vaga de greves da nossa história mostra a decisão e a capacidade de luta da classe operária, apesar dos insultos e dos lamentos dos reformistas. São as greves na electrónica, nos têxteis, nas confecções, na metalurgia, na química, nos transportes colectivos, etc. São as greves da Timex, da Messa, da Lisnave, da Sandoz, da Sacor do Porto e tantas, tantas outras. São também os assalariados rurais e os camponeses pobres, sobretudo no Alentejo. São os estudantes, os empregados, os funcionários públicos. É a luta dos pescadores. É o combate dos soldados e marinheiros que se unem ao povo, lutando contra o militarismo e o colonialismo, é a resistência dos desertores e dos refractários, é ainda a resistência de oficiais revolucionários que desenvolvem uma luta anti-colonialista e anti-fascista consequente.

Nas colónias: a luta armada pela libertação nacional, conduzida pelos Movimentos de Libertação, juntam-se as grandes lutas de massas nas cidades. Em Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde, realizam-se grandes manifestações de rua pela independência e contra a repressão. Ao mesmo tempo, uma enorme vaga de greves assinala a luta dos trabalhadores africanos (e, em certos casos, africanos e europeus) contra a super-exploração de que são vítimas, contra os salários de fome e a repressão: são as greves de estivadores, de ferroviários, de mineiros de carvão, de operários têxteis e outros, de trabalhadores dos transportes urbanos ou das plantações de açúcar. Que lição tirar desta situação? Que o inimigo é o mesmo e que, contra o mesmo inimigo, o mesmo combate!

COMO FAZER?

Os povos das colónias, ao lutar pela sua libertação, lutaram também pela nossa liberdade. É a altura de, também nós, ao lutar pelo socialismo, contribuímos para a total libertação dos povos das colónias. Melhor que ninguém, a classe operária saberá tomar, em Portugal, a vanguarda da luta pela destruição do colonialismo e do racismo, pela independência das colónias e pela amizade entre os povos.

Unidade de acção de todas as organizações, de todos os militantes decididos a travar uma luta anti-colonial consequente, a lutar pela independência imediata e incondicional das colónias!

Todos, acabemos com os silêncios cúmplices. Denunciemos as manobras neo-colonialistas e imperialistas.

Todos, organizemos comités de apoio à luta dos povos das colónias, na fábrica e no campo, nos quartéis, nos bairros e nas escolas.

Todos, organizemos comícios e reuniões de esclarecimento. Levante-se a questão da guerra e do colonialismo em todas as reuniões de trabalhadores, nos jornais de fábrica, nas manifestações e nas greves.

Todos, organizemos a solidariedade activa e militante, construindo por sobre o sangue e a opressão a amizade entre o povo português e os povos africanos.

Todos, pela independência imediata e incondicional das colónias!

UM POVO QUE OPRIME OUTROS POVOS NÃO PODE SER UM POVO LIVRE.

Lisboa, Junho de 1974.

**Grupos de Trabalho do
CIC — Comité para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias**

Camarada

Faz doze anos que se iniciou a luta armada de Libertação Nacional. Foi em fevereiro de 1961 que em Angola rebentou a insurreição que alastraria, dois anos depois, à Guiné e a Moçambique.

Esta é uma das características essenciais da história do nosso tempo: o desenvolvimento vigoroso das lutas de Libertação Nacional que em muitos países conduziram já à independência e à recuperação da dignidade de milhões de homens e mulheres. Também nas Colónias portuguesas, o povo se levantou contra o colonialismo, sinónimo para ele de séculos de exploração, trabalho forçado, pilhagens, racismo, analfabetismo e toda uma variada série de crimes contra a humanidade. Muitos deles, tens tu visto também por cá. E porquê? Porque o causador deste estado de coisas é o mesmo: o governo fascista, que conta com o apoio dos grandes monopólios estrangeiros, que por sua vez contam com o apoio da força militar das grandes potências imperialistas. É o governo fascista que em Africa manda bombardear populações indefesas; que prende, tortura e assassina; que nega ao povo português quaisquer direitos e liberdades; que nos persegue ferozmente, sempre que queremos ~~discutir a guerra colonial, uma guerra~~ que se mantém e que é contrária aos interesses do nosso povo; que, para cobrir as despesas com a guerra, intensifica a exploração, abafando com impostos as classes trabalhadoras causando-lhes maiores dificuldades.

O agravamento feroz da exploração e do terror nas colónias portuguesas marcha a par do agravamento da exploração dos trabalhadores portugueses e do terror fascista em Portugal.

Nos nós, jovens, sabemos a quem interessa a guerra (Melos, Champalimauds, Essós, etc.) apesar das histórias que nos contam aqui na tropa. Por isso, nos recusamos a bombardear populações e sabotamos, de propósito, as operações que mais tarde são descritas como grandes êxitos militares. Nos quartéis, reclamamos melhor comida e tratamento condigno. As

(vira)

camarada
fev 73

nossas manifestações de descontentamento continuam a alargar-se, forçando o ministro Sá Viana Rebelo a reconhecer-nos como INIMIGO (de quem? do fascismo, claro). Ele sabe muito bem que a JUVENTUDE PORTUGUESA não se quer sacrificar numa guerra injusta e condenada à derrota. **NÓS NÃO SOMOS CRIMINOSOS.** O povo português e o povo das colónias portuguesas são povos irmãos e aliados na luta contra o governo fascista de Portugal e as potências imperialistas que o apoiam.

Camarada, exprimamos sob qualquer forma, a nossa solidariedade para com os patriotas africanos, nossos irmãos na luta. Exijamos: autodeterminação e independência para os povos das colónias portuguesas; fim da ajuda económica e militar por parte dos países da Nato, assim como o fim da aliança racista e colonial com a Africa do Sul e Rodésia; início imediato das negociações com os representantes dos movimentos de libertação nacional de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde.

- * SOLIDARIEDADE PARA COM OS POVOS VITIMAS DA GUERRA COLONIAL
- * ABAIXO A GUERRA COLONIAL
- * ABAIXO O FASCISMO

organiza-te e luta

LE "E" PASSA

SUPLEMENTO

BAC Outubro 1973

GUINÉ - BISSAU

No dia 25 de Setembro foi anunciada ao mundo a existência de uma nova nação livre e soberana : a República da Guiné-Bissau. A proclamação da independência em Madina do Boé representa uma enorme vitória na luta contra o colonialismo. Aqui saudamos essa vitória de um povo que conquistou a sua liberdade.

O JURAMENTO NA FLORESTA =====

Artigo do jornalista Aldo Nobile, enviado especial da revista "Afrique-Asie" às cerimónias da declaração de independência.

Um grande retrato de Amílcar Cabral domina a vasta esplanada, rodeada pela floresta, onde flutuam as bandeiras do PAIGC que, a partir deste dia, serão o emblema nacional.

Cento e vinte cadeiras alinhadas estão reservadas aos deputados eleitos por altura das primeiras eleições livres na história do povo guineense. O escrutínio teve lugar de Agosto a Outubro de 1972. E eis os representantes das aldeias ainda controladas pelos portugueses, os 5 delegados dos sindicatos e os 3 delegados da juventude e dos estudantes. Mas a maioria dos que ali se encontram, sentados atrás dos cartazes que indicam a sua região, são homens maduros, marcados pela aspereza dos anos de luta.

A cerimónia é presidida por Aristides Pereira, assistido por Francisco Mendes (Chico) pelo Norte, Vasco Cabral pelo Sul e Otto Schatts pelo Leste.

Aristides Pereira toma a palavra. Relembra a fundação do Partido, o começo das lutas políticas reprimidas sangrentamente pelos portugueses, a criação de um novo centro em Conakry e a decisão de passar à luta armada, que começou com oito combatentes e levou à libertação de dois terços do território nacional.

Há três meses, a conquista do campo fortificado de Guileje marcara uma nova etapa, e os aviões portugueses fornecidos pela NATO eram agora obrigados a manter-se a grandes altitudes, fora do alcance das armas da DCA, sem poderam atingir os seus objectivos.

Outro sinal do êxito dos revolucionários africanos fora a saída do general Spínola, que se tinha mostrado tão seguro da vitória, e cujo único feito notório fora o assassinato de Amílcar Cabral, tramado na sombra. Mas assassinar Gramsci, Rosa Luxemburgo ou Cabral nunca impediu a derrota do fascismo.

Pouco a pouco o exército português foi perdendo as vantagens que obtivera graças à aviação e aos campos fortificados. Em Julho passado contavam-se 18 aviões abatidos - entre eles o do comandante da aviação - pelas novas armas. Quando da tomada de Guileje as forças coloniais fugiram com tal precipitação que nem sequer tiveram tempo de destruir a artilharia e os depósitos de víveres e munições.

E eis chegado o dia tão esperado: a proclamação da República independente da Guiné-Bissau. Um terço do novo Estado está ainda ocupado pelo invasor estrangeiro.

Que emoção !

Que emoção para aqueles, como nós, que ali escutámos o dirigente do Partido, sucessor de Amílcar Cabral, pensando na vitória mas também em todos aqueles que tombaram no longo caminho da guerra.

Entretanto Francisco Mendes propõe aos delegados a lista dos novos responsáveis. João Bernardo Vieira (Nino) é eleito presidente da Assembleia Nacional. Vice-presidentes: Paulo Correia e Carmen Pereira. A Assembleia pronunciou-se por unanimidade.

O projecto constitucional é seguidamente discutido pelos deputados das 11 regiões e pelos representantes sindicais. Entretanto anoitece e os trabalhos prosseguem no dia seguinte, domingo.

Esta segunda sessão abre com um acto solene. Lúcio Soares lê o texto da proclamação da independência. O Estado soberano é oficialmente instaurado. E enquanto se ouve o hino nacional, um destacamento militar penetra na clareira e entrega uma bandeira ao Presidente. O texto definitivo da Constituição é lido e aclamado no meio do entusiasmo geral. O presidente da Assembleia nacional popular levanta-se e pede aos deputados que jurem fidelidade ao novo Estado e à sua Constituição. Propõe em seguida a composição do Conselho de Estado, que será o novo executivo. Luís Cabral é eleito seu presidente, Umaru Djallo vice-presidente e Lúcio Soares secretário. Serão assistidos por um colégio de 11 camaradas.

Uma imensa ovação rompe então e os seus ecos perdem-se na floresta. Luís Cabral fala, traçando as grandes linhas de acção do novo Estado.

Trata-se agora de designar os membros do Governo que constituirão o Conselho dos Comissários. Francisco Mendes, comissário principal; João Bernardo Vieira, comissário das forças armadas, tendo como adjunto Pedro Pires; Vasco Cabral para a economia e finanças; José Araújo, secretário de Estado; Victor Saúde Maria para os negócios estrangeiros; para o interior Bari Abdullai; e Fidelis Almada para a justiça e população. Oito comissários-adjuntos são igualmente designados. Todos se levantam e se apresentam à Assembleia à medida que vão sendo eleitos.

Aristides Pereira sobe então à tribuna para saudar o acontecimento, em nome do Partido. Mas eis que se eleva, transmitida pelos altifalantes, uma voz que todos conhecem e que comove os mais endurecidos: a voz de Amílcar Cabral, que no seu primeiro discurso da ano novo anunciava aos militantes e aos combatentes o acontecimento que agora se celebrava numa simples clareira da terra guineense.

Uma unidade blindada

Duas propostas apresentadas pelo presidente da Assembleia popular são seguidamente adoptadas: o 12 de Setembro, data do nascimento de Amílcar Cabral, será a festa nacional da República da Guiné-Bissau; a medalha Amílcar Cabral, criada pelo 2º Congresso do PAIGC, torna-se uma condecoração de Estado para recompensar acções de valor.

Depois o director do jornal "Horoya" de Conakry toma lugar na tribuna para fazer uma comunicação: trata-se do primeiro reconhecimento diplomático, feito pelo presidente Sékou Touré, que junta um poema à memória de Cabral e dos mártires africanos. A República da Guiné foi assim a primeira a consagrar oficialmente o êxito dos seus heroicos vizinhos.

Os parlamentares e a multidão que se concentrou aplaudem em seguida os cantos executados pelos pioneiros. Para acabar, penetram na esplanada, a passo cadenciado, as unidades das três armas: infantaria, artilharia, marinha. Seguem-se, no delírio das aclamações, delegações da produção, da educação, da justiça, da saúde, do comércio. São esses os pioneiros. E, suprema afronta aos ocupantes colonialistas, uma unidade blindada!

Foram precisos 17 anos de luta e sacrifícios para poder celebrar este acontecimento histórico na região do Boé, que foi uma das primeiras a ser libertada.

Doravante, está próxima a hora da libertação total do país.

A PROCLAMAÇÃO DO ESTADO

(Excertos)

Criada a partir dos êxitos obtidos pelo PAIGC na luta contra o colonialismo português, a Assembleia nacional popular foi constituída com base no princípio segundo o qual o poder vem do povo e deve servir o povo. Composta de representantes eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, é a expressão da vontade soberana do povo da Guiné-Bissau.

Reunida na região libertada do Boé, em 24 de Setembro de 1973, A ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR PROCLAMA SOLENEMENTE O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU.

O Estado da Guiné-Bissau impõe-se a si mesmo o dever sagrado de acelerar por todos os meios a expulsão dos agressores colonialistas portugueses da parte do

território que ainda ocupam e de reforçar a luta nas Ilhas de Cabo Verde, parte integrante e inalienável do território nacional do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O Estado da Guiné-Bissau considera como um dos princípios fundamentais da sua política externa o reforço dos laços de solidariedade e de fraternidade combatente com todos os povos das colónias portuguesas; exprime a sua solidariedade com os povos em luta pela sua liberdade e independência em África, na Ásia e na América Latina, e com os povos árabes em luta contra o sionismo.

No plano das relações internacionais, o Estado da Guiné-Bissau deseja manter e desenvolver os laços de amizade, de cooperação e de solidariedade com os Estados vizinhos - as Repúblicas da Guiné e do Senegal - com todos os Estados africanos independentes e com todos os Estados que reconhecem a sua soberania e apoiam a luta de libertação nacional do seu povo.

A partir do momento histórico da proclamação do Estado da Guiné-Bissau, as autoridades e os órgãos do Estado colonial português que exerçam qualquer poder político-militar e administrativo são declaradas ilegais e os seus actos nulos. Todos os tratados, convenções, acordos, alianças e concessões assinados no passado pelos colonialistas portugueses, em relação com o nosso país, serão submetidos à Assembleia nacional popular, expressão suprema do poder de Estado, a qual deverá proceder à sua revisão de acordo com os interesses do povo.

O Estado da Guiné-Bissau lança um apelo a todos os Estados independentes do mundo para que eles o reconheçam de jure como Estado soberano, de acordo com o direito e a prática das relações internacionais. Exprime a sua decisão de participar na vida internacional, nomeadamente no seio da Organização da Unidade Africana e da Organização das Nações Unidas, onde o seu povo poderá dar um contributo para a solução dos problemas fundamentais do nosso tempo, em África e no mundo.

A CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ

Fundamentos e objectivos; direitos, liberdades e deveres fundamentais; organização do poder político; processos de revisão - tais são os 4 títulos da primeira Constituição da República da Guiné-Bissau, Constituição visivelmente concebida com o cuidado de adaptar o aparelho de Estado à tarefa primordial que lhe cabe: ultimar a libertação da território, mas sem renunciar à outra grande tarefa que é "a edificação de uma sociedade que crie condições políticas, económicas e culturais necessárias à liquidação da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, grupos ou classes" (art. 3).

Logo no primeiro artigo aparece este ponto essencial: a Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, anti-colonialista e anti-imperialista, que luta pela sua libertação total, pela unidade da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde, assim como pelo progresso social do seu povo.

O papel importante que o PAIGC deve desempenhar nesta acção é igualmente definido. Trata-se da "força política que dirige a sociedade" (art. 4), que "estimula a criação e o desenvolvimento das organizações democráticas de massa" (art. 5) e que "como expressão suprema da vontade do povo (...) define a orientação política do Estado e assegura a sua realização pelos meios adequados" (art. 6).

"Parte integrante da África" (art. 9), a República da Guiné-Bissau coloca-se ao lado de todos aqueles que lutam por libertar o continente do colonialismo, do racismo e do neo-colonialismo e "Sente-se estreitamente ligada a todos os combatentes pela libertação nacional no mundo" (art. 10).

País democrático, a Guiné-Bissau garante na sua Constituição a todos os cidadãos os direitos fundamentais (art. 11), a igualdade perante a lei "sem distinção de grupo étnico, de sexo, de origem social, de nível cultural, de profissão, de rendimentos, de credo religioso ou de convicção filosófica" (art. 14). Declara o trabalho e a instrução como "direitos e deveres fundamentais de todos os cidadãos" (art. 14), competindo ao Estado criar progressivamente as condições necessárias ao exercício desse direito e ao cumprimento desse dever.

"A liberdade de expressão de pensamento, de reunião, de associação e de manifestação é garantida nas condições previstas pela lei, assim como a liberdade religiosa" (art. 17).

Os naturais de Cabo Verde gozam "dos mesmos direitos e têm os mesmos deve-

res que os cidadãos do Estado da Guiné-Bissau".

"Os órgãos representativos do povo do Estado da Guiné-Bissau são a Assembleia Nacional Popular e os conselhos regionais" (art. 24). Esses órgãos são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, por todos os cidadãos maiores de 15 anos que preencham as outras condições estabelecidas pela lei eleitoral. Porém, até à libertação da parte do território do Estado ainda ocupada por agredores estrangeiros, a Assembleia Nacional poderá ser eleita por sufrágio indirecto, através dos representantes eleitos pelos conselhos regionais.

Esta Assembleia nacional popular é o órgão supremo do poder de Estado. Dispõe de poder legislativo, "delibera sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controla a aplicação da linha política, económica, social e cultural definida pelo Partido" Art. 29). É eleita por 3 anos.

O Conselho de Estado, composto por 15 membros, é eleito pela Assembleia popular e elege ele próprio o seu presidente, vice-presidente e secretário. As suas atribuições são simultaneamente as de um presidium supremo e de um Conselho constitucional. Exerce as suas funções fora das sessões da Assembleia. O seu presidente representa o Estado nas relações internacionais e é o comandante supremo das forças armadas revolucionárias do povo: posto para o qual foi eleito Luís Cabral.

O Conselho de Estado nomeia e revoga os Comissários de Estado por proposta do seu presidente. O Conselho dos Comissários de Estado constitui de facto o executivo do regime. Tem de responder perante a Assembleia Nacional e, entre as sessões, perante o Conselho de Estado.

Esta trilogia, Assembleia Nacional, Conselho de Estado, Conselho dos Comissários de Estado, corresponde à necessidade de dar ao aparelho de Estado, durante o período em que durar ainda a luta armada, toda a maleabilidade. O papel de centralizador dos Conselhos Regionais, cujos poderes locais são relativamente amplos, tem conta igualmente da situação de guerra em que se encontra o país.

Toda a revisão da Constituição deve ser aprovada por uma maioria de dois terços dos deputados. Além disso, a Assembleia pode decidir submeter o projecto de revisão a um referendo popular.

Nota do BAC

Esclarecimento sobre o significado da expressão "zona libertada"

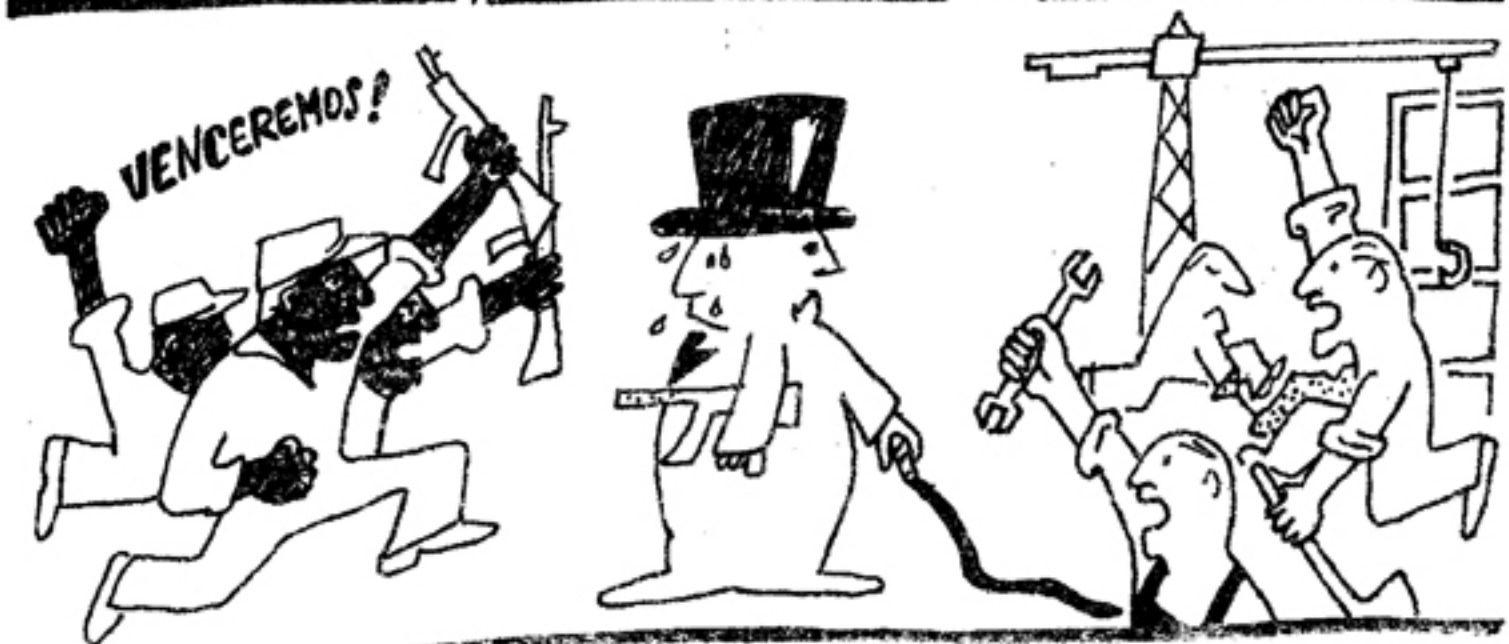
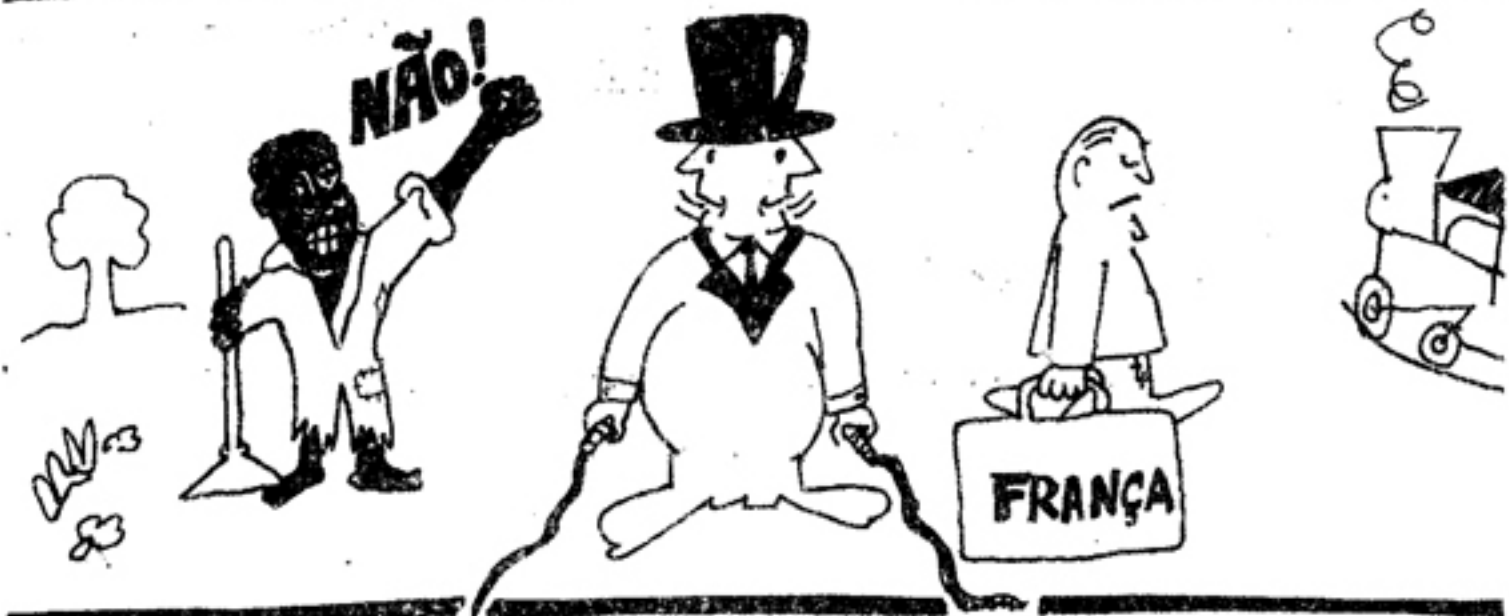
A propaganda governamental portuguesa tem por hábito negar a existência de zonas libertadas nos territórios coloniais, alegando que a tropa, as autoridades ou os jornalistas convidados se podem deslocar à vontade para qualquer ponto desses territórios.

Antes de mais, esta afirmação é falsa. Nem sequer as próprias colunas militares têm acesso a muitas áreas. Por exemplo: uma das últimas campanhas de Spínola na Guiné foi a tentativa de reocupação de Cantanhez; mas apesar da grande ofensiva então desencadeada, o exército só pode reconquistar uma faixa de 3 Km!

Por outro lado, há uma grande diferença entre deslocar-se a um local e permanecer nele. O exército de ocupação colonial pode garantir com relativa segurança uma visita de surpresa a determinados pontos do mato ou a descida brusca dum helicóptero numa clareira da floresta. Mas já não pode garantir que os colonialistas se aventurem a circular habitualmente fora das cidades e do arame farpado dos aquartelamentos.

Finalmente, e sobretudo, o fundamento que os movimentos de libertação apresentam para justificar a existência de zonas libertadas, mais ainda do que no controle militar da área, está na adesão das populações à sua linha política - à sua organização social. Quando a população luta efectivamente pela sua independência nacional, quando se abastece nos armazéns do povo, quando frequenta as escolas e é assistida nos hospitais criados pelo movimento de libertação, quando se organiza colectivamente para as tarefas de produção e de administração local - então pode-se falar de zona libertada. É isto que acontece em quase todo o território da Guiné, bem como nos vários distritos do norte de Moçambique e em vastas áreas do norte e leste de Angola.

**A GUERRA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DAS COLÓNIAS É
UMA GUERRA JUSTA CONTRA OS MESMOS INIMIGOS DO POVO
PORTUGUÊS!**



TRABALHADORES PORTUGUESES

Há 10 anos, que os operários e camponeses portugueses são enviados para as colónias, para defender os interesses dos patrões e do imperialismo.

Mas porque combatem os povos de Angola, Guiné e Moçambique? Para se libertarem da escravidão e da miséria de que são vítimas desde há séculos.

Eles só poderão libertar-se de armas na mão, para conquistar a independência e a liberdade.

Os povos de África, NÃO FAZEM A GUERRA CONTRA O POVO PORTUGUÊS, mas sim, contra o exército colonialista ao serviço dos mesmos patrões que exploram igualmente os trabalhadores portugueses.

O interesse do povo português é que a guerra de libertação dos povos das colónias se desenvolva e acabe no triunfo total, pois deste modo será enfraquecido O INIMIGO COMUM dos povos das colónias e dos trabalhadores portugueses.

VIVA O INTERNACIONALISMO !!! O POVO PORTUGUÊS É SOLIDÁRIO DOS POVOS DAS COLÓNIAS !!!

VIVA A VITORIOSA GUERRA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DAS COLÓNIAS !!!



CONGRESSO DOS GUERRILHEIROS

Guiné - Bissau



**N
A
S
C
I
M
E
N
T
O**

DE UMA

**N
A
C
Ç
Ã
O**

Edição do G.A.D.C.G.
Dezembro de 1974



EDITORIAL DE
SIMON MALLEY

«NÓS NÃO SOMOS MENDIGOS DA LIBERDADE»

Estávamos em 12 de Dezembro de 1962. Um dia que não se apresentava diferente dos outros para os veteranos das Nações Unidas: discursos, debates, votações de resoluções. A 17ª sessão da Assembleia Geral que chegava ao seu fim, foi por certo particularmente comovente, movimentada, explosiva em alguns momentos. Primeiro, a admissão da Argélia, cuja independência e soberania foram assim formalmente consagradas. Depois, o discurso memorável de Sekou Touré em sessão plenária sobre a descolonização. Enfim, a crise dramática dos "mísseis soviéticos em Cuba" que ameaçaram por um momento o mundo duma conflagração geral. A tensão foi de seguida dissipada e os diplomatas, altos funcionários internacionais e jornalistas preparavam-se já para o encerramento da sessão.

Das sete comissões da Assembleia, apenas a quarta, a que se ocupava dos problemas coloniais, estava bem longe de terminar os seus trabalhos. A ordem do dia foi repleta de discussões apaixonantes e calorosas. E foi nesse dia que o presidente da comissão apresentou aos delegados o homem que devia, em nome do seu povo, apresentar o problema da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde.

Apenas 40 anos de idade, nos lábios um sorriso tímido, ágil, de olhar penetrante, Amílcar Cabral tomou lugar entre os delegados em réplica aos protestos da delegação portuguesa. As suas palavras afloram-se-me à memória: "Nas prisões, disse ele numa voz calma mas firme, nas cidades e no interior do nosso país,

trava-se a batalha entre a ONU, que exige a liquidação do sistema colonial, da dominação dos povos e das forças armadas do governo português que pretendem perpetuar este sistema contra os direitos legítimos do nosso povo. Quando, no nosso país, um camarada sucumbe às torturas da polícia, é assassinado nas prisões, é queimado vivo ou cai sob as rajadas de metralhadora da tropa portuguesa, porque motivo sacrificou a sua vida? Sacrificou-a certamente para a libertação do nosso povo do jugo colonial, mas, para além disso, deu a sua vida pela causa da ONU... Não estamos aqui para decretar resoluções de condenação do colonialismo português. Estamos aqui para trabalhar convosco a fim de obter uma solução concreta dum problema que não é somente o nosso, mas também o da própria ONU".

Mais tarde, nos salões para os delegados, como eu manifestasse um cepticismo total quanto à ONU, cujo controle estava nas mãos das grandes potências ocidentais, ele respondeu-me: "Sem dúvida, tens razão. Mas era necessário exprimir e afirmar a nossa confiança na força dos princípios e da capacidade de acção da organização das Nações Unidas. Isto representa, que o nosso povo conta primeiro e antes de mais nada com as suas próprias forças. Não pede que a ONU envie tropas para o libertar. Está consciente de que esta tarefa a ele somente diz respeito. A luta armada é incontesta velmene inevitável. Lembra-te de que, logo que ela seja desencadeada, conduzirá, sem sombra de dúvidas, o nosso povo à independência. Não te esqueças de que nós não somos os mendigos da liberdade".

O que Amílcar Cabral não referiu nesse dia, foi que 3 anos antes, em

19 de Setembro de 1959, depois do massacre de Pidjiguiti, pelos colonialistas portugueses, dos estivadores de Bissau e dos trabalhadores dos barcos de transporte fluvial em greve, a direcção do PAIGC decidiu, no decorrer de uma reunião clandestina, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e preparar o povo para a luta armada. O que ele igualmente, não me disse, foi que no momento preciso em que se dirigia à comissão da Assembleia Geral, tudo estava prestes para o desencadear da guerra, se o governo português e a ONU não dessem seguimento à sua proposição de estabelecer negociações imediatas entre delegados portugueses e guineenses.

Com efeito, em 23 de Janeiro de 1963, um mês depois do vão apelo de Cabral na ONU, a guerra de libertação nacional começava com o ataque à caserma de Tite por um comando das forças armadas revolucionárias do PAIGC.

Dez anos mais tarde, na 27ª sessão da Assembleia Geral, em 1972, Amílcar Cabral apresentava-se pela 2ª vez perante a quarta comissão. Foi um triunfo. Rodeavam-no de todos os lados. Vejo-o ainda, com a sua pasta debaixo do braço, percorrendo sem parar os corredores da Assembleia, discutindo com animação com os diplomatas e jornalistas.

Felicitavam-no pelas vitórias conquistadas pelo povo guineense. Interrogavam-no sobre as perspectivas futuras. As suas concepções ideológicas. As suas orientações na política nacional e internacional. Ele não se esquivava às perguntas. As respostas eram sempre claras, precisas, por vezes longas e pormenorizadas.

"A luta não terminou, dizia ele. Mas nós estamos prestes a fazê-la sair do túnel. Haverá certamente muito para fazer. O governo português continua a receber uma ajuda substancial de certas potências da NATO. Não acabou Portugal de receber este ano 500 milhões de dólares dos Estados Unidos?"

Mas Cabral não encobria o orgulho que sentia de expor perante a opinião mundial as grandes realizações do povo guineense durante estes últimos dez anos de sacrifícios, enormes sem dúvida, mas também de vitórias. Dez anos durante os quais este povo libertou três quartos do seu território do domínio colonial português, onde construiu uma organização política administrativa, judiciária, estabeleceu uma nova economia, livre de toda a exploração do trabalho, serviços sociais e culturais... Dez anos que lhe permitiram consolidar uma organização militar totalmente integrada e dirigida pelos seus próprios filhos, um exército cujo objectivo era a libertação do país.

Dez anos que forjaram, graças à luta armada, uma nação africana nova e sólida e criou um novo homem, uma nova mulher, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres sob o solo da pátria africana.

Dez anos que permitiram a mobilização da opinião internacional progressista e revolucionária ao lado do povo e a consolidação das relações entre o PAIGC e numerosos países e partidos políticos de todos os continentes do mundo.

Dez anos que viu a ONU dar, apesar da lentidão da sua burocracia e dos obstáculos das suas normas legais, dar um contributo à acção libertadora do PAIGC, principalmente pelo envio duma missão especial cujas conclusões haviam coincidido com todas as posições defendidas pelos nacionalistas guineenses.

Dez anos que puseram termo à ficção de que Portugal representava a Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde na ONU e em qualquer lado, e que conduziram às primeiras eleições legislativas para a formação duma Assembleia nacional e à proclamação do Estado soberano.

Dez anos que enterraram, enfim, e para sempre, o slogan racista de Salazar, que pretendia que "África não existe" e a táctica da "política de sorriso e de sangue" querido ao teórico neo-salazarista Marcelo Caetano.

"Sim, Sr. Presidente, disse Cabral perante a quarta comissão, nós estamos muito orgulhosos da consciência nacional adquirida pelas nossas populações, da unidade assaz indestrutível do nosso povo, forjada na luta, da

dispersão harmoniosa e simbiótica de culturas dos vários grupos étnicos, das escolas, dos hospitais e dos postos sanitários que funcionam durante o dia apesar dos bombardeamentos e assaltos terroristas dos colonialistas portugueses. Estamos orgulhosos pelos nossos armazéns do povo que abastecem cada vez melhor as populações... Orgulhamo-nos de ver milhares de adultos alfabetizados... Eis o que constitui o maior orgulho do nosso povo e da sua grande vitória sobre os colonialistas portugueses. Porque é



Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos na ONU

a vitória estava próxima.

uma vitória sobre a ignorância, o medo e as doenças, barreiras impostas ao nosso povo, ao homem africano, ao nosso país durante mais de um século pelos colonialistas portugueses. Eis também o que constitui a prova mais concludente da soberania do nosso povo..."

Depois de ter sido reconhecida por uma maioria esmagadora de governos e povos do mundo inteiro, esta soberania é agora consagrada pelas Nações Unidas de que a Guiné-Bissau será o seu 136º membro.

"Nas Nações Unidas, escrevia-me Amílcar Cabral, dias antes de sucumbir às balas dos agentes armados pelos colonialistas portugueses, a nossa política será guiada pelos princípios fundamentais da carta da ONU, os mesmos princípios pelos quais o nosso povo se bateu. Mesmo que sejam muitas vezes troçados e traídos por alguns dos que redigiram e assinaram documentos. Em conjunto com os nossos camaradas dos países progressistas e revolucionários, trabalharemos então para uma ONU mais eficaz."

Este objectivo ficará sem dúvida a pedra angular da política exterior do governo da Guiné-Bissau.

O número especial que apresentamos hoje é uma homenagem à luta heróica do povo guineense para arrancar a sua independência e liberdade. Fazendo uma revisão às diversas etapas do combate de libertação, sob a direcção do PAIGC e segundo a estratégia e a tática definida pelo mártir e herói nacional, Amílcar Cabral, os camaradas que participaram na concepção e na redacção deste número quiseram prestar uma contribuição, apesar de modesta, a esta luta que nunca cessaram de apoiar e que continuarão a defender até à libertação total e à unificação da nação Guiné-Cabo Verde. ●

.. .. .

AMILCAR CABRAL e a guerra do povo



por MÁRIO DE ANDRADE (*)

apoiando a estratégia revolucionária de Cabral, o mais penetrante discurso sobre a libertação nacional.

(*) Militante intelectual nacionalista angolano, autor de vários ensaios políticos e literários sobre a África, Mário de Andrade ocupou cargos de responsabilidade na direcção do M.P.L.A. e na Conferência das Organizações nacionalistas das Colónias Portuguesas (C.C.N.C.P.). Foi encarregado pelo Comité Executivo de Luta do P.A.I.G.C. para preparar uma escolha das "Obras" de Amílcar Cabral, em dois volumes que estão actualmente no prelo, nas edições

Maspero

● Sem fazer passar por sésamo mágico o poder das armas, podemos afirmar que, face ao estado de violência permanente que a dominação imperialista implica, a libertação nacional passa normalmente pela luta armada. E, lá onde a libertação do domínio imperialista, semi-colonial ou colonial realizou-se pela guerra do povo, a revolução social efectivou-se simultaneamente ou, pelo menos, foram criadas as suas premissas.

Mas não há prática revolucionária sem teoria revolucionária. A estratégia que anima da acção e do pensamento do leader desaparecido do PAIGC, Amílcar Cabral, é mais um exemplo disso nos combates de libertação que se acumularam neste século XX.

Os onze anos de combate que levaram a Guiné-Bissau à independência apoiam-se num certo número de experiências entre as quais a do Vietnã que se aparenta, o mais estreitamente, à de um país africano como a Guiné-Bissau.

Num texto célebre, o general Nguyễn Giap definiu com clareza as etapas de desenvolvimento e os princípios da guerra do povo vietnamita, donde tira um princípio geral:

"A resistência sagrada do nosso povo, que continuou a obra grandiosa da Revolução de Agosto, provou de maneira eloquente, que, na conjuntura mundial actual, uma nação, seja ela pequena e fraca, que se ergueu como um único homem, sob a direcção da classe operária, para lutar resolutamente pela sua independência e pela democracia, está verdadeiramente em condições moral e materialmente, de vencer todos os agressores, sejam eles quais forem. Em condições históricas determinadas, esta luta pela libertação nacional pode passar por uma luta armada de longa duração - a resistência de longa duração - para terminar no sucesso" (1).

Todavia ele varia este principio afirmando que "A luta armada revolucionária, seja para que país for, está submetida a leis fundamentais gerais. Mas comporta também, em cada país, particularidades e leis próprias". (2)

NÃO HÁ MODELO ÚNICO

Durante a fase preliminar do movimento de libertação nacional nas colónias portuguesas, o carácter exemplar da resistência vietnamita, a grandeza heróica da sua dimensão humana, a dimensão mundial do seu triunfo impuseram-se aos nossos olhos como o modelo do projecto revolucionário que nos propunhamos realizar nos nossos países. Assim foi que as nossas primeiras análises, prescrutando a anatomia das nossas sociedades, procuravam à viva força a componente social (a classe operária) portadora da história. Estas diligências traduziram-se numa mobilização apoiada no que se chamava então impropriamente "o proletariado" das cidades, o que não resistiu à prova dos factos.

Aprendemos então à nossa custa, que não há modelo único na luta de libertação nacional, não há esquema preestabelecido, e que o acesso à universalidade das leis passa pela apropriação das situações concretas específicas. Não se trata de modo algum de diminuir, e menos ainda, de rejeitar a ideologia da classe operária e o seu valor universal - ou de circunscrevê-la a um espaço geosociológico. Trata-se, muito modestamente de enriquecê-la com novos contributos e de banhá-la e iluminá-la no sol africano...

São as condições históricas, alienantes e experimentadas do colonialismo clássico que fazem nascer a guerra do povo em África e, particularmente, na Guiné-Bissau. Precisemos: o colonialismo clássico, o mais anacrónico e o mais retrógrado, orienta-se por uma ideologia de dominação concretamente explícita num racismo primitivo, o colonialismo português.

A Guiné apresentava, até ao desencadear da guerra do povo, há mais de onze anos, os traços característicos mais acentuados da colónia de exploração. Do ponto de vista da dominação económica, constituía, com as ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o sub-conjunto territorial verdadeiramente português. Enquanto que em Angola e Moçambique se acumulou um capital essencialmente de origem não portuguesa, na Guiné o mesmo não se passou. Neste país, todos os movimentos de capitais, de importação e de exportação, efectuaram-se num ciclo exclusivamente português. Além disso o verdadeiro contacto entre o povo da Guiné e os Portugueses realizava-se através dos chefes tradicionais, os cipaos e os "assimilados" que se destinavam às tarefas de auxiliares da máquina administrativa. Tratava-se portanto duma colónia essencialmente baseada na exportação comercial, no imposto de palhota, no trabalho forçado. Se neste quadro, a agricultura dita indígena encontrava-se inteiramente dedicada à economia de troca, a terra, todavia, não era possuída por elementos estrangeiros.

TORNAR POSSÍVEL O IMPOSSÍVEL

Considerada do ponto de vista histórico, em relação à sociedade em geral, a camada dos camponeses pobres, duplamente explorada (na troca comercial com os portugueses, e no trabalho fornecido ao chefe tradicional) vem constituir a força física principal, do ponto de vista da luta de libertação nacional, mas não a mais importante. Por outras palavras, o campesinato não era directamente explorado pelo colonizador, mas era-o através do comércio, pela diferença entre o preço e o valor dos produtos. Portanto era preciso provar ao camponês que ele era explorado na sua própria terra. A camada social mais forte, a principal, do ponto de vista histórico, era constituída pelos assalariados e pela pequena burguesia.

A emergência da guerra do povo na Guiné tornava necessária a análise concreta da situação concreta do país - hoje é uma evidência gritante. A ausência de montanhas, o extremo subdesenvolvimento económico, as calamidades sociais e a miséria que pesava sobre as populações coisificadas, o obscurantismo e o atraso cultural, o esmigalhamento e fracçãoamento étnicos resultando de factos históricos e da divisão alimentada pelo inimigo - todas estas fraquezas não travaram igualmente o processo do desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Estas particularidades fundamentais da Guiné colonial opunham-se reciprocamente às de Portugal: uma fraca potência europeia, mas protegida pelos seus aliados do campo imperialista e disposta, por esta razão, de recursos (em efectivos e em material) para se defender.

A natureza política e social do regime, de carácter fascista, reduzia, se não, eliminava, a margem de revolta popular contra o eventual empreendimento da guerra colonial de agressão. Considerados sob o ângulo do desenvolvimento da confrontação que

se ia seguir, os recursos humanos, militares, financeiros e materiais chegariam ao esgotamento, e o carácter retrógrado da guerra conduziria Portugal ao isolamento. Mas deixemos aqui falar o próprio Amílcar Cabral:

"Eis porque devemos conhecer a realidade do nosso país, em todos os seus aspectos, para podermos e sabermos orientar a nossa luta no plano geral e num plano mais particular. Devemos reconhecer que, na condição concreta do nosso país, precisamos de muita coragem para responder corretamente à seguinte pergunta: podíamos-nos comprometer numa guerra como esta?

"Podemos responder SIM, porque fazêmo-la. (...)

"Podemos responder SIM pondo a nossa realidade face à realidade do mundo de hoje (...). Devemos ter em conta esta realidade do mundo inteiro, da realidade das guerras e dos problemas que elas levantaram, afim de termos a coragem de continuar a luta no nosso país. Se apenas tivéssemos tido em conta a realidade da nossa tabanca para saber como lutar contra os Portugueses, teríamos esbarrado com o impossível (...)

Mas como foi possível realizar o que parecia impossível, aos olhos das massas? Pela criação de um Partido, o PAIGC, guiado por uma teoria revolucionária.

Oriundo de uma família modesta, Amílcar Cabral alimentou-se desde muito cedo um exemplo do pai, professor primário na Guiné, personalidade intimamente envolvida nas agitações dos primeiros decénios deste século e homem de letras, sensível aos sofrimentos das populações guineenses. Posto em confronto, na sua juventude com o espectáculo da fome nas ilhas de Cabo Verde, adquire uma consciência de revoltado e uma atitude de ruptura com a política assimilacionista. O "ser social" do militante Amílcar Cabral formou-se por uma dupla tomada de consciência das realidades do continente e do arquipélago.

Mas é no país que o viu nascer que o Engenheiro Amílcar Cabral tecerá a dupla obra de militante: apreender, por meio do seu saber técnico, as realidades concretas do povo guineense e fundar as bases de organização da contestação política contra a dominação colonial. "O recenseamento agrícola da Guiné" é, a este respeito, a primeira leitura impressionante das comunidades das tabancas. Para além do recenseamento, tratava-se para ele de aprofundar a análise das estruturas socio-económicas, de situar o estágio de desenvolvimento social e cultural, de desmontar os mecanismos de exploração, em suma, de conhecer a realidade histórica. Mas não poderia levar avante tais diligências se os seus conhecimentos e a sua técnica não tivessem já sido iluminados por um aparelho conceptual - o MATERIALISMO HISTÓRICO. E as dimensões do chefe do Partido, do estratega militar e do teórico revolucionário vão-se enraizar no espaço sociológico da guerra do povo, no decurso dos anos 1960.

QUE VIA ?

Para os quadros e militantes, ele exaíra os ensinamentos da reunião do Partido em 19 de Setembro de 1959, um mês após o massacre de Pidjiguiti:

"Foi nesse momento que decidimos parar com todas as manifestações nos centros urbanos e prepararmo-nos para a luta armada contra os portugueses. Porque vimos que, contra os colonialistas portugueses, contra o imperialismo em geral, o problema não se põe em saber se se faz a luta armada ou não, porque ela é sempre armada. Das duas uma, ou é só o inimigo que possui armas e nós não, ou então não somos loucos e conseguimos armas para lhe vibrarmos golpes (...). Decidimos então mobilizar os campos. E foi o próprio erro que cometemos que nos indicou a via!"

Que via? Dominando um estado de tensão permanente para os casos concretos, para a compreensão dos factos, afim de perceber o significado da luta, Amílcar Cabral tem o mais profundo discurso sobre a libertação nacional que sustem a estratégia revolucionária e se dispõe à volta de alguns conceitos fundamentais.

1 O de dominação imperialista, que reveste duas formas gerais, uma, a dominação directa (colonialismo clássico), a outra, a dominação indirecta (neo-colonialismo). Cabral está ao nível da compreensão do fenómeno da colonização portuguesa, colocando-o no seu contexto histórico.

À questão: como é que Portugal sub-desenvolvido e atrasado, mantém-se nas colónias apesar da partilha de que o mundo foi objecto? Cabral responde num texto de 61:

"A substituição dos países africanos que Portugal domina foi uma prática corrente da sua política colonial face aos interesses imperialistas. E unicamente com o a-



MARIO DE ANDRADE.

poio destes interesses que o colonialismo português pôde sobreviver em África. Ele foi apenas o guardião, às vezes invejoso, dos recursos humanos e materiais dos nossos países ao serviço do imperialismo mundial." (5)

Para o leader do PAIGC, Portugal fascista encontrou-se estruturalmente em desvantagem para realizar uma política neo-colonial e é por esta razão que nunca esteve em condições - tê-lo-ia querido - de encetar o "processo de descolonização" porque se encontrava preso nas cadeias do imperialismo, intermediário da exploração imperialista dos povos africanos.

Tendo ocupado durante muito tempo um lugar de pouca responsabilidade na esfera da economia europeia, Portugal deseja agora integrá-la. Concede uma prioridade ao desenvolvimento económico particularmente industrial. Mas a dependência tradicional da economia portuguesa dos investimentos estrangeiros não fez senão crescer a sua submissão aos centros de decisão imperialista. Constrangido, há treze anos, a fazer face a um orçamento de guerra cada vez mais pesado, Portugal alargou esta margem de dependência, sobretudo em Angola e Moçambique onde, por outro lado, a extensão dos territórios e a diversidade dos recursos (agrícolas e mineiros) permitiram negociar a implantação de firmas multinacionais e tentar promover uma política neo-colonial.

A CONDIÇÃO INFRA-HUMANA

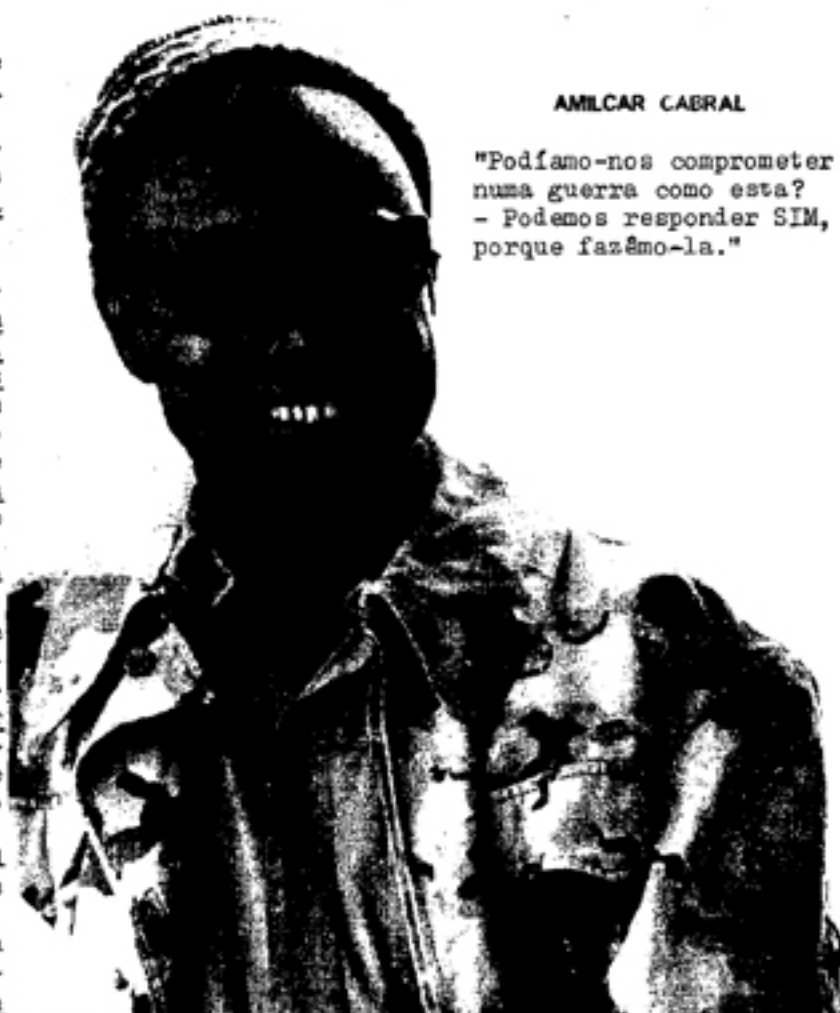
Tendo em conta as características tradicionais da economia da Guiné e da dinâmica de guerra imposta pelo PAIGC que subtraiu dois terços do território, praticamente todo o campo, à exploração portuguesa, a hipótese neo-colonial não podia ser senão totalmente excluída sem todavia impedir que não se desenrolassem, como tivámos possibilidade de o constatar nestes últimos meses, questões agudas entre integracionistas retardados, "descolonizadores" de monóculo e simplesmente "descolonizadores".

O que Amílcar Cabral tinha visto perfeitamente, afirmando lapidarmente: "...Tidas em conta as características essenciais da economia mundial do nosso tempo, bem como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o neo-colonialismo." (6)

2 Outros conceitos ligados ao precedente: história e força motriz da história.

"A característica essencial da dominação imperialista, escreveu Amílcar Cabral tanto no colonialismo como no neo-colonialismo, reside na negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais." (7)

No caso específico da Guiné, é evidente que o seu modo de produção, ao serviço dos interesses da potência colonial, bloqueou a história guineense para pô-la a reboque da história de Portugal. O que implica que "a libertação nacional de um povo(...) nega a negação do seu processo histórico. É a reconquista da personalidade histórica desse povo, o seu retorno à história durante a dominação imperialista à qual estava submetido.(...) Há libertação nacional quando e unicamente quando as forças produtivas nacionais estiverem completamente libertas de toda a espécie de dominação estran-



AMILCAR CABRAL

"Podíamos-nos comprometer numa guerra como esta?
- Podemos responder SIM, porque fazêmo-la."

geira."

Estamos aqui bem longe da "descolonização", termo ambíguo desde a origem, que significa a noção de iniciativa deixada ao antigo colonizador. É preciso portanto assumir a responsabilidade de fazer a história, libertando-se.

Quanto à força motriz da história, Amílcar Cabral admitia que era a luta de classes mas, acrescentava no discurso que proferiu quando da Tricontinental de Havana, "é num certo período histórico. Isso quer dizer que antes da luta de classes, - e necessariamente depois - foi um factor (ou factores) e será o motor da história. Admitimos de boa vontade que este factor da história de cada grupo humano é o modo de produção, o nível das forças produtivas e o regime de propriedade que caracteriza este agrupamento (...). Parece-nos portanto correcto concluir que o nível das forças produtivas, elemento determinante e essencial do conteúdo e da forma da luta de classes é a verdadeira e permanente força motriz da história." (8)

3 Foi também em Havana que Amílcar Cabral fez igualmente inovações elaborando um outro conceito: o da alavanca social da luta de libertação nos países colonizados.



AGOSTINHO NETO, AMILCAR CABRAL, JOSÉ ARAÚJO, MARIO DE ANDRADE, MARCELLINO DOS SANTOS.

Os traços característicos do campesinato guineense dirigiram o modo de mobilização, a linguagem utilizada, os pontos de impacto susceptíveis de sensibilizá-lo e convencê-lo. Era preciso partir de bases claras de factos precisos, tangíveis extrair lições dos casos verídicos e isso numa linguagem susceptível de fazer compreender a realidade da condição infra-humana, as vantagens sociais que a administração colonial não pôde dar, etc.

O campesinato não era, sobretudo no momento da mobilização política, a força revolucionária principal. Esta tinha

sido constituída nos meios urbanos, tanto entre os trabalhadores assalariados dos portos, dos barcos, nas oficinas de reparação, etc., como entre a pequena burguesia, que estava consciente dos efeitos da dominação estrangeira. São eles, que depois de muitas dificuldades, levaram o campesinato a juntar-se à revolução.

É preciso compenetrarmo-nos bem da ideia de que "a situação colonial - insiste Cabral - com raras excepções, não permite nem reivindicar a existência significativa duma classe de vanguarda (classe operária consciente de si mesma e proletariado rural) que poderia assegurar a vigilância das massas populares no conjunto do movimento de libertação". (9)

UMA FATALIDADE ESPECÍFICA

A tomada de consciência da realidade da dominação imperialista e a capacidade de dirigir o aparelho de Estado herdado desta dominação são unicamente assumidas pela pequena burguesia autóctone. Essa é uma fatalidade específica que constitui uma fraqueza dos movimentos de libertação nacional. Na situação colonial ela é, objectiva e subjectivamente, "a camada que mais rapidamente toma consciência da necessidade de se libertar da dominação estrangeira", enquanto que a situação neo-colonial "dá-lhe também a oportunidade de desempenhar um papel de primeiro plano e mesmo decisivo na luta para a liquidação do domínio estrangeiro". Os riscos de traição dos objectivos da libertação nacional aparecem ao longo do caminho. Logo, "para desempenhar perfeitamente o papel que lhe compete na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe, para ressuscitar como trabalhadores revolucionários, completamente identificada com as aspirações mais profundas do povo a que pertence". (10)

4 Não se poderia compreender o conceito de cultura nacional nas suas relações com a luta armada de libertação sem abordar a manutenção das superestruturas ideológicas do passado africano face às mudanças engendradas pela guerra do povo.

Mesmo no desenrolar da luta de libertação nacional, à medida que o partido dirigente assegura uma relativa estabilidade no conjunto dos militantes, uma nova sociedade estrutura-se com o seu aparelho de estado, o fenómeno de classe surge, e por con

sequência, os antagonismos de classe. Se é conveniente procurar, na análise do comportamento político dos militantes, o ponto de vista de classe, sem cair todavia no automatismo da coincidência entre o ser social e o ser ideológico, forçoso é que constatemos que este esclarecimento científico, racional, deve ter em consideração, no nosso caso, as características do homem africano nesta fase da sua história.

E é neste sentido que Amílcar Cabral aprofundou a correlação entre as estruturas mentais e os comportamentos políticos para explicar a essência de certos fenómenos, tais como a traição da revolução. Donde a importância que concedeu ao estudo das manifestações concretas, características da nossa cultura, em relação ao mundo moderno: o peso das crenças do passado, o medo da natureza, a influência da mentalidade mágica, o complexo de segurança orgânica.

No seu estudo sobre a cultura nacional, Frantz Fanon esclarecia com pertinência os fundamentos recíprocos da cultura nacional e das lutas de libertação:

"...Pensamos que a luta organizada e consciente conduzida por um povo colonizado para restabelecer o domínio da nação constitui a mais plena manifestação cultural (...). A própria luta no seu desenrolar, no seu processo interno desenvolve as diferentes direcções da cultura e esboça novas (...). Depois da luta, não há apenas o desaparecimento do colonialismo, mas também o desaparecimento do colonizado." (11)

Cabral desenvolveu largamente um tema já abordado por Frantz Fanon e responde, à luz da sua experiência de dirigente revolucionário, à questão das relações que existem entre a luta armada e a cultura. Para considerarmos este aspecto da questão, a luta de libertação é, a seu ver, simultaneamente facto cultural e factor de cultura.

O movimento de libertação nacional, no momento da sua emergência, extrai os fundamentos da cultura, o impulso e a determinação na capacidade do povo em preservar a sua identidade cultural.

UM ACTO DE CULTURA

Cabral estabelece de novo que a dominação imperialista, negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural. É desde então que a libertação de uma sociedade se traduz pela reconquista dos "caminhos ascendentes da sua própria cultura", a luta de libertação é, primeiramente um acto de cultura. Depois a luta mantém durante o seu processo relações de reciprocidade com a cultura: desde "a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos mais adequados para a luta", até "à atitude e ao comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face à luta e ao seu desenrolar".

"A luta de libertação, escreve, não é apenas um facto cultural, é também um factor de cultura". (12)

5 Mas todos estes conceitos resultam da própria existência do instrumento original da luta de libertação nacional, raiz e tronco erguidos para o seu desenvolvimento: o Partido.

Contrariamente ao que se passou algures, o PAIGC foi primeiro um núcleo reduzido que se alargou e transformou, de facto, num movimento de libertação, conservando totalmente a característica fundamental de centro da totalidade socio-política. "O Partido explica Cabral, é uma organização muito bem definida, muito clara; o movimento é uma coisa muito vaga. Talvez o nosso Partido seja ainda hoje, na realidade, um movimento, mas o nosso trabalho deve transformá-lo, dia a dia, num partido. Desde o início demos-lhe o nome de partido, para que toda a gente compreenda que temos ideias bem precisas sobre o caminho a seguir, o que queremos para o nosso país e para o nosso povo, para a Guiné e para as ilhas de Cabo Verde, para a África e a humanidade, na medida em que trazemos uma contribuição". (13)

Partido de vanguarda, à partida, renovador da identidade Guiné-Cabo Verdiana, produtor e produto, promotor e fruto do movimento revolucionário de massa, o PAIGC tendo arrancado a população guineense aos seus antigos fardos étnicos, tornou-se no fragor das armas, o artesão da nação e o construtor do Estado.

- NOTAS: (1), (2) - "Guerra do povo, Exército do povo". Maspéro. 1966
(3), (4) - "Palestras no seminário de quadros. Novembro 1969
(5) - "Exposição geral sobre a Luta de Libertação Nacional"
(6), (7), (8), (9), (10) - "Os fundamentos e os objectivos da Libertação Nacional em relação à estrutura social". 1966
(11) - "Os condenados da terra". Maspéro 1961
(12) - "Sobre o papel da cultura na luta pela independ." Unesco 1972
(13) - "Palestras no seminário de quadros". Novembro 1969



50 ANOS DE COMBATES

"... Foi naquele momento que nós decidimos terminar com todas as manifestações nos centros urbanos e prepararmo-nos para a luta armada contra os portugueses."

- 1924: (12 de Setembro). Nascimento de Amílcar Cabral em Bafatá na Guiné-Bissau.
- 1954: Tentativa da criação da Associação Desportiva e Recreativa (Clube Desportivo), em Bissau.
- 1955: Fundação do M.I.N.G. (Movimento para a Independência Nacional da Guiné).
- 1956: Publicação do "Recenseamento agrícola da Guiné" (estimativa de 1953). (19 de Setembro). Criação do P.A.I.G.C. em Bissau.
- 1959: (3 de Agosto). Massacre de Pidjiguiti.

(19 de Setembro). Reunião alargada do PAIGC que decide a mobilização prioritária dos camponeses.

1960: (Junho). Publicação em Londres da brochura "A verdade sobre as colónias africanas de Portugal" (1 de Dezembro). Edição do órgão de informação do PAIGC, "Libertação".

1961: (4 de Fevereiro). Começo da luta armada em Angola sob a direcção do MPLA.

(18 de Abril). Fundação da Confederação das Organizações nacionalistas das colónias portuguesas (CONCP) em Casablanca.

(12-14 de Julho). Apresentação do "Relatório Geral da CONCP sobre a luta de libertação nacional" na Conferência das organizações nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, em Dakar.

1962: (15-30 de Janeiro). Revisão dos estatutos e programa do PAIGC aprovado pela conferência dos quadros superiores. (Junho). Relatório apresentado perante o Comité especial da ONU para os territórios administrados por Portugal.

1963: (23 de Janeiro). Ataque da caserna de Tite por um comando. É o começo da luta armada no Sul da Guiné-Bissau.

(25 de Maio). Nascimento da OVA.

(Julho). Abertura da frente norte.

(17-22 de Julho). Conferência de quadros tendo por objectivo o desenvolvimento da luta em Cabo Verde.

"... Nós os patriotas africanos da Guiné e das ilhas de Cabo Verde, representantes legítimos das aspirações mais justas e mais profundas dos nossos povos explorados depois de séculos pelos colonialistas portugueses, declaramos perante o mundo que estamos firmemente determinados a lutar até à vitória final, até à libertação total dos nossos povos do jugo colonial, quaisquer que sejam os sacrifícios e as dificuldades que teremos de enfrentar nesta luta.



O POVO
EM
ARMAS

"... O neo-colonialismo (que nós podemos chamar imperialismo nacionalizado) constitui mais um desafio à classe trabalhadora internacional do que aos povos colonizados."

"Com a criação quase clandestina, do P.A.I.G.C., e com o desenvolvimento deste partido, os Africanos da Guiné 'portuguesa' puderam, pela primeira vez na história da dominação colonial, exercer as actividades políticas. De facto, eles participam em todo o país; qualquer que seja o seu nível cultural e a sua condição social, na mobilização, organização e preparação das massas populares e de todos os extractos sociais, para a luta de libertação nacional e para a construção do progresso do povo da Guiné 'portuguesa'."

1964: (Janeiro-Março). Batalha de Como. (13-17 de Fevereiro). Primeiro congresso do PAIGC em Cassaca numa região libertada do sul da Guiné.

(Maio). Seminário organizado pelo Centro Franz-Fanon em Tréviglio, em Itália, sobre o tema "A luta das classes exploradas pela sua emancipação, nos países subdesenvolvidos dominados pelo imperialismo". O conjunto das intervenções de Amílcar Cabral constitui a primeira análise profunda da estrutura social da Guiné.

(25 de Setembro). Proclamação pela FRELIMO da insurreição geral armada em Moçambique.

(Novembro). Constituição das primeiras unidades do exército regular guineense. Abertura da frente leste.

(Dezembro). Edição do primeiro livro escolar.

1965: (Março). Inauguração em Conakry de uma escola internacional para os filhos dos combatentes.

(Agosto). Visita da primeira missão militar da OVA às regiões libertadas da Guiné.

(Novembro). Publicação das "Palavras de Ordem" do Secretário-Geral dirigidas aos combatentes.

AVIÕES

PORTUGUESES

ABATIDOS



1966: (3 de Janeiro). Criação da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAL) em Havana. Intervenção de Cabral: "Os Fundamentos e os objectivos da libertação nacional em relação à estrutura social".

(19 de Setembro). Promulgação da Lei de Justiça militar.

(9 de Dezembro). Reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).

1967: (16 de Julho). Inauguração da estação emissora: Rádio Libertação.
(Outubro). Primeira remessa de armas às populações das aldeias da região de Quitafine (frente sul).

1968: (19 de Fevereiro). Ataque ao aeroporto de Bissalanza (a 10 Km de Bissau) por um comando do Exército popular.

1969: (3 de Fevereiro). Assassinato do Doutor Eduardo Mondlane, presidente da PRELIMO.

(15 de Fevereiro). Conquista do campo fortificado de Madina-Boé, com a qual termina a libertação da região do Boé.

(Abril). Intervenção de Amílcar Cabral na Comissão dos Direitos do Homem nas Nações Unidas.

(19-24 de Novembro). Seminário dos quadros em Conakry. Os textos das teses do Secretário-geral do PAIGC cobrem quase 500 páginas, ricas em conteúdo revolucionário, tanto sobre o plano militar como sobre o plano político e também o da reconstrução nacional.

1970: (20 de Fevereiro). Conferência pronunciada por Cabral no primeiro memorial dedicado a Eduardo Mondlane na Universidade de Syracuse (USA) sob o título: "Libertação nacional e cultura".

(Abril). Discurso de Cabral no Simposium de Alma Ata, aquando da comemoração do centenário de Lenine.

(Junho). Conferência internacional de solidariedade com os povos das colónias portuguesas, em Roma.

(1 de Julho). O Papa recebe em audiência Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos.

(22 de Novembro). Agressão portuguesa contra a Guiné-Conakry.

1971: (Agosto). Reunião do Conselho Superior de Luta que adopta a decisão de proclamar o novo Estado independente da Guiné-Bissau.

1972: (Abril). Envio de uma missão da ONU ao território libertado.

(3-7 de Julho). Texto dirigido por Cabral à reunião dos peritos, sobre as noções

"Um povo que se liberta da dominação estrangeira não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem substituir a importância dos aspectos positivos do opressor e doutras culturas, ele retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimente da realidade vivente do meio e renegue completamente as influências nocivas de toda a espécie de sugestões das culturas estrangeiras. Vê-se então se a dominação imperialista tem por necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é necessariamente um acto cultural..."



COMBATENTES

COM

METRALHADORAS

ANTI-AÉREAS

"A libertação nacional é um fenómeno que consiste num conjunto sócio-económico determinado a combater a negação do seu processo histórico. É a reconquista da personalidade histórica de um povo, é o seu regresso à história no meio da dominação imperialista à qual ele estava submetido (...). Há libertação nacional quando, e sómente quando, as forças produtivas nacionais são completamente libertadas de toda a espécie de dominação estrangeira."

sobre a função da cultura na luta pela independência.

(Outubro). Intervenção de Cabral na Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

1973: (1 de Janeiro). Mensagem de Ano Novo de Cabral.

(20 de Janeiro). Assassinato de Amílcar Cabral em Conakry por agentes do colonialismo português.

(7-9 de Fevereiro). A direcção nacional do Partido lança a palavra de ordem de acção generalizada sobre todas as frentes.

PROCLAMAÇÃO
DO
ESTADO DA
GUINÉ-BISSAU



"Como um ser humano integral, Lenine soube amar e odiar.

Amar a causa da libertação do homem de toda a espécie de opressão, a aventura maravilhosa que é a vida humana, tudo aquilo que há de belo e de construtivo sobre o planeta.

Odiar os inimigos do progresso e da felicidade do homem, o inimigo de classe, os oportunistas, a cobardia, a mentira, todos os factores de aviltamento da consciência social e moral do homem. Porque ele sempre considerou o homem como o valor supremo do universo."

(9 de Agosto). Continuação das negociações (secretas) de Argel.

(23 de Agosto). Última fase das negociações de Argel.

(26 de Agosto). Assinatura do Acordo de Argel que anuncia a decisão de Lisboa de reconhecer a independência da Guiné-Bissau.

(10 de Setembro). Reconhecimento 'de jure' da Independência da Guiné-Bissau por Portugal.

(24 de Setembro). Celebração em Boé do primeiro aniversário da independência da Guiné-Bissau.



ASSINATURA DOS ACORDOS
DE ARGEL

(25 de Maio). Operação "Amílcar CABRAL" que termina com a conquista do campo fortificado de Guiledge. Reforço da defesa anti-aérea.

(18-22 de Julho). Segundo Congresso do PAIGC nas regiões libertadas do Leste. Aristides Pereira é eleito por unanimidade Secretário-geral.

(23-24 de Setembro). Reunião da primeira Assembleia nacional popular da Guiné-Bissau, na região libertada do Boé.

(24 de Setembro, às 8h55m TMG). Proclamação do Estado da Guiné-Bissau. Luís Cabral é eleito presidente do Conselho de Estado.

1974: (Janeiro-Fevereiro). Intensificação da acção directa nos centros urbanos, enquanto que os reconhecimentos internacionais do Estado se sucedem.

(25 de Abril). Queda do fascismo em Portugal, doente devido às suas colónias.

(6 de Maio). O C.E.L. publica as suas condições para as negociações.

(16-17 de Maio). Encontro Aristides Pereira-M. Soares em Dakar.

(25-31 de Maio). Começo das conversações em Londres entre Pedro Pires e Soares.

(13-14 de Junho). Primeiras negociações de Argel.

"Hoje, o nosso povo Africano da Guiné dispõe dum novo órgão de soberania, a sua assembleia nacional. Esta será, de acordo com a constituição que estamos em vias de elaborar, o órgão supremo de soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o prosseguir do desenvolvimento da luta, criaremos igualmente a primeira Assembleia nacional popular nas ilhas de Cabo Verde. A reunião conjunta dos membros destes dois órgãos formará a Assembleia suprema do povo da Guiné e de Cabo Verde!"

.....

HINO da GUINÉ-BISSAU

Sol, suor, verde mar
Séculos de dor e esperança
Esta é a terra dos nossos avós!
Fruto das nossas mãos
Da flor do nosso sangue
Esta é a nossa Pátria amada!
Viva a Pátria gloriosa
Floriu nos céus a bandeira da luta
Avante contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir na Pátria imortal
A paz e o progresso.
Ramos do mesmo tronco
Olhos na mesma luz
Esta é a força da nossa união
Cantem o mar e a terra
A madrugada e o sol
Que a nossa luta fecundou.





APOIEMOS NA RUA A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-CABO VERDE

O COLONIALISMO É UM TIGRE DE PAPEL

MANIFESTAÇÃO POPULAR
ALCANTARA-DA 3-1914

AO PROLETARIADO DE LISBÔA

No glorioso congresso Nacional Popular realizado em 23 - 24 de Setembro na região libertada do Boé, o povo irmão da Guiné-Cabo Verde, declarou a constituição da REPÚBLICA POPULAR DA GUINÉ - BISSAU, independente e soberana.

Este relevante acontecimento na vida do povo da Guiné - Cabo Verde, na vida dos outros povos das colónias, na vida do povo português e na dos povos de todo o mundo, é o resultado directo da secular luta do heroico povo da Guiné - Cabo Verde, contra o invasor colonialista português constituindo de igual uma vitória dos povos de Angola e Moçambique, do novo português e dos povos do mundo.

Durante todo o período histórico, que medeia entre a invasão colonialista há já 5 séculos, e a declaração da Independência Nacional do valente povo Guinéense, não se assistiu a outro facto que não fosse a luta heroica do povo contra o inimigo colonialista estrangeiro. Esta luta, foi assumindo formas diferentes consoante o período histórico; mas foi com o início da luta armada em 1963, perseguida e dirigida pelo glorioso Partido AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ CABO VERDE (PAIGC), que a luta armáa atingiu a sua fase superior, e ao mesmo tempo o trinar de finades começou a soar para os colonialistas portugueses.

A proclamação da Independência da Guiné Cabo Verde tem pois atrás de si muitos anos de duras lutas, muitas vitórias e derrotas muito sangue, suor e sacrifício. É no entanto esta a rota da vitória traçada pelos povos em luta; e uma causa justa é invencível.

As Nações querem a Libertação, os países querem a Independência e os povos querem a Revolução. Esta é uma lei irresistível a da Libertação que a luta do povo Guinéense. Vem mais uma vez comprovar a veracidade. O povo da Guiné em condições históricas próprias faz a Revolução, a nação Guinéense, por intermédio dessa luta obteve a sua libertação. Tal facto enche de alegria o coração do povo português, que saúda de punho erguido os irmãos Guinéenses.

O Movimento libertador dos povos e nações oprimidas ocupa hoje uma posição de destaque na Grande Revolução Mundial Proletária, que pelos quatro cantos do globo assola a velha sociedade burguesa,

Como já o tinham previsto os grandes LENINE e ESTALINE, e principalmente a partir da grande revolução CHINESA, dirigida pelo glorioso PARTIDO COMUNISTA da CHINA tendo á sua cabeça o camarada MAO-TSE-TUNG, todo o sistema colonial do imperialismo foi assolado por uma grande vaga revolucionária. Compreendendo a verdade universal do Marxismo-Leninismo -Maoísmo de que o poder está na ponta da espingarda, os povos colonizados poseram-se de pé e transformaram as retaguardas do sistema capitalista em grandes frentes da revolução.

Os povos de Angola, Guiné e Moçambique, eles próprios se integraram nesta grande corrente histórica ocupando por mérito próprio um lugar de destaque na luta que povos e nações conduzem pelos altos ideais da sua libertação. Ousando pegar em armas os heroicos e valentes povos de Angola, Guiné e Moçambique, levaram o fogo, a tempestade revolucionária, aos alicerces do velho e caduco colonialismo português.

O povo português, tom para com esta justa luta, os mais altos sentimentos revolucionários. Está com os povos de Angola Guiné e Moçambique, nas vitórias e nas derrotas, nas alegrias e nos sofrimentos.

Em 20 de Janeiro de 1973, um bando de criminosos da PIDE, assassinam o dirigente Nacional Guiniense fundador e sanhação Geral do PAIGC, AMILCAR CABRAL. Tratava-se de uma desesperada tentativa dos colonialistas portugueses para se salvarem da derrota, ao mesmo tempo crime constituiu para o heroico da GUINÉ CABO VERDE UM reves. Nessa altura a dor e a revolta que ia no coração do povo guiniense era a dor e a revolta que ia no coração do povo português. O heroico povo da Guiné-Cabo Verde não deixou este crime impune, e prosseguiu ainda mais ardorosamente a sua justa luta.

O povo português sob a justa direcção do MPAC e do nosso Movimento, ombro a ombro, com o povo guiniense, soube de igual, exprimir a sua revolta por tão hediondo crime, vingando na rua o assassinio de Amilcar Cabral, e particularmente na histórica manifestação de 10 de Fevereiro, onde expressou uma forma clara o que pensava de tão abominável crime fascista. O povo português esteve com o povo da Guiné na hora do reves e da dor transformando-a em hora de revolta.

Luta do povo da Guiné foi sempre uma valente e decidida luta. No entanto a partir do assassinato do seu chefe nacional que redobrou de coragem e valentia, não deixando um minuto de descanso aos colonialistas, isolando-os a todos os níveis. No prosseguir desta luta e como já no principio do ano Amilcar Cabral tinha anunciado o povo da Guiné proclamou a Independencia Nacional. Esta é uma hora de vitória e alegria. O povo português saberá exprimir na rua o seu apoio ao povo e á nação Guiniense.

Aterrado com a gloriosa vitória alcançada pelo povo guiniense e prevendo as grandes batalhas que o nosso povo vai desencadear a burguesia fascista portuguesa lança uma grande campanha demagógica no intuito de enganar o nosso povo, quebrar o isolamento a que está votada tanto nacional como internacionalmente, preparando-se ao mesmo tempo politica e militarmente para o combate. Assim voltamos a ouvir as velhas patranhas colonialistas na boca dos lacaios Marcelo, Patricio e Spínola.

Mas o nosso povo está atento. Já não é fácil enganar os operários, camponeses, estudantes e intelectuais revolucionarios, como era até á pouco, quando a classe operária e as suas lutas eram enquadradas pela cáfila de fieis agentes da burguesia do P^oC^oP que tratavam, em complemento da feroz actividade da burguesia, de intoxicar o nosso povo com o podre neo-colonialismo.

Encabeçada e dirigida pela sua vanguarda comunista-formada em 1970- o MRPP- a classe operária portuguesa começa a romper a noite colonial, passando a assumir uma verdadeira posição proletária face á questão colonial- a posição do INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO.

Neste sentido a classe operária portuguesa dirigida e iluminada pelos marxistas-leninistas-maoistas, opõe ao poder colonial da burguesia, ao não menos podre neo-colonialismo dos revisionistas, a sua posição de principio face a esta questão: "Separação e completa Independencia para os povos coloniais".

Mas embora as posições de principio demarquem as diversas classes não chega ao proletariado ficar por aqui, ele deve passar esta palavra de ordem á prática e transformar a criminosa guerra colonial numa guerra civil revolucionária pelos objectivos da Revolução Democrática Popular.

Bis pois o dever que se impõe á classe operária. Mas em relação aos povos das colonias impõe-se-lhe deveres e obrigações mais pesadas, porque se trata neste caso do proletariado do país cuja burguesia oprime e explora os povos de Angola, Guiné e Moçambique.

A classe operária e o povo português iluminada pelo nosso trabalho de educação anti-colonialista realizado pelo M R P e pelo MPAC começa já a materializar a palavra de ordem "GUERRA DO POVO Á GUERRA COLONIAL".

Camaradas: Saibamos neste momento de jubilo revolucionário-pela grândiosa vitória do povo da Guiné-exprimir na rua o nosso apoio á justa luta desse valente povo, o nosso total apoio á REPUBLICA POPULAR da GUINÉ-BISSAU.

Neste sentido o Comité Directivo da zona KARL MARX, do MRPP, apoia militantemente a convocação de uma manifestação para o dia 3, Quarta-Feira ás 19 horas em Alcantara, feita pelo Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), e conclama para uma grande manifestação popular o proletariado de Lisboa.

GUINÉ E CABO VERDE INDEPENDENTES - O COLONIALISMO É UM TIGRE DE PAPEL!
APOIEMOS NA RUA A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DA GUINÉ-BISSAU!

VIVA A REPUBLICA POPULAR DA GUINÉ(BISSAU) !
GUERRA DO POVO Á GUERRA COLONIAL!
VIVA O MRPP!

Comité Directivo da zona
KARL MARX do MRPP

TODOS Á MANIFESTAÇÃO: ALCANTARA- I CA 3- 19 HORAS

GUINÉ-CABO VERDE INDEPENDENTE!



O COLONIALISMO É UM TIGRE DE PAPEL!

Declaração do Comité Lenine, Órgão Central do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.) acerca da histórica Proclamação da Guiné-Cabo Verde como Estado Independente.

1 - Bandeiras da pátria independente flutuam ao vento na ponta das espingardas dos combatentes do povo da Guiné-Cabo Verde.

Levando à prática as Resoluções do II Congresso do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), realizado no passado mês de Julho em território libertado, o povo da Guiné-Cabo Verde, reunido em Assembleia Nacional Popular em Madina do Boé, proclamou solenemente perante os povos do mundo, no dia 24 de Setembro de 1973, a Independência Nacional da sua pátria.

És uma magnífica vitória que enche de júbilo o coração dos proletários, dos camponeses, dos soldados e marinheiros, dos jovens, dos revolucionários, dos explorados e oprimidos do nosso país; uma vitória estupenda que enche de alegria o coração do povo português e dos povos do mundo inteiro; uma vitória admirável que lança o pânico e o desespero no seio dos colonialistas portugueses e respectivos lacaios, no seio dos imperialistas, da reacção mundial.

VIVA O POVO HERÓICO E GLORIOSO DA GUINÉ - CABO VERDE!

VIVA A GRANDE E INVENCÍVEL REPÚBLICA DA GUINÉ - CABO VERDE!

VIVA A UNIDADE INTERNACIONALISTA MILITANTE ENTRE O POVO DA GUINÉ - CABO VERDE E O POVO DE PORTUGAL!

2 - Na sua Declaração de 21 de Janeiro último, sob o título de "Debro a debro com o heróico povo da Guiné em armas, vingamos Amílcar Cabral", o órgão central do M.R.P.P. sublinhava:

"O cobarde assassinato do grande dirigente revolucionário AMÍLCAR CABRAL é a confissão expressa, feita pela camarilha marcelista, de que o colonialismo português tem os seus dias contados - na Guiné, como em toda a parte - e de que uma derrota monumental está prestes a cair-lhe sobre a cabeça. No estertor da agonia, os colonialistas portugueses acalentam o sonho quimérico de que o selvagem assassinato de Amílcar Cabral possa fazer andar para trás a roda da história. Trata-se de um sonho de moribundo! Nenhuma força do mundo poderá jamais impedir a vitória total da justa luta armada de libertação nacional do heróico povo da Guiné e Cabo Verde!"

Oito meses entretanto se passaram, e passaram para confinar de uma maneira particularmente acutilante, as correctas apreciações proferidas naquela altura. Oito meses de retumbantes vitórias do povo guineense e das suas forças armadas patrióticas. Oito meses de esmagadoras derrotas políticas e militares do colonialismo português em todas as frentes, em todas as regiões da pátria guineense. Oito meses que fizeram rebentar como um estouro as fações colonial-fascistas do fantocho Spínola o qual, rabo entre as pernas, regressou veloz à teca, pontapeado pelo povo da Guiné-Cabo Verde, e à frente da tropa colonial de ocupação em debandada.

3 - O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.), ciente de que interpreta o profundo sentir internacionalista militante e a viva alegria da classe operária, dos marxistas-leninistas e das amplas massas populares de Portugal perante a proclamação da Guiné-Cabo Verde como Estado independente; acaba de enviar a Luís Cabral, chefe do primeiro governo da jovem e promissora República da Guiné-Cabo Verde e ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) o seguinte telegrama:

"O POVO PORTUGUÊS, REJUBILANTE HISTÓRICA PROCLAMAÇÃO GUINÉ-CABO VERDE (UM ESTADO INDEPENDENTE, SÓDA ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR GUINEENSE, REJUBILANTE EM MADINA DO BOÉ, TERRITÓRIO DA PÁTRIA LIVRE; APLAUA SUA HISTÓRICA RESOLUÇÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 1973; FELICITA O POVO HERÓICO DA GUINÉ-CABO VERDE, SUAS INVENCÍVEIS FORÇAS ARMADAS PATRIÓTICAS, A JOVEM REPÚBLICA E SEU PRIMEIRO GOVERNO POPULAR.

INVOCANDO EM COMUM HOMENAGEM O ALEVANTADO EXEMPLO DO PATRIOTA AMÍLCAR CABRAL, PRIMEIRO COMBATENTE DO POVO DA GUINÉ-CABO VERDE, COBRADO ASSASSINADO POR AGENTES DO COLONIALISMO PORTUGUÊS, O POVO DE PORTUGAL SÓDA GLORIOSO P.A.I.G.C. E PERSISTIRÁ NA JUSTA VIA INTERNACIONALISTA DE TRANSFORMAR A GUERRA COLONIAL-IMPERIALISTA EM GUERRA CIVIL REVOLUCIONÁRIA. CERTOS VITÓRIA FINAL VÓSUS DOUTS GRANDES PUNOS CONTRA O INIMIGO COMUM: A BURGUESIA COLONIALISTA PORTUGUESA! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDOS DO MUNDO, UNÍ-VOS!

COMITÉ LENINE

(Órgão Central do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado - M.R.P.P.)

4 - A justa luta armada de libertação nacional do povo da Guiné e Cabo Verde, juntamente com a luta de todos os povos sujeitos à dominação colonialista, imperialista e social imperialista, é uma componente importante da Revolução Mundial Proletária. O povo da Guiné-Cabo Verde, ao alcançar pelas armas a estrondosa vitória que é a Proclamação da Independência da pátria, desfere um golpe profundo não apenas no colonialismo português, mas no conjunto da cadeia mundial do imperialismo; representa um inestimável e internacionalista auxílio fraterno à revolução popular portuguesa e à luta de libertação nacional dos povos da Angola, do Moçambique, da Namíbia, da Arábia, da Zâmbia e do Zimbábue; à luta pela independência nacional de todos

os povos e nações oprimidas da Europa, África, Ásia, e América Latina; uma ajuda poderosa e um luminoso exemplo para o combate do proletariado e dos povos da Europa capitalista e revisionista, da América do Norte e do Japão. É igualmente mais uma vitória alcançada pela Revolução Mundial Proletária sobre os planos belicistas e agressivos, alimentados pelo imperialismo e pelo social-imperialismo, de subjugação e opressão dos países do Terceiro Mundo como forma de cercar para atacar a República Popular da China, base vermelha da Revolução Mundial.

A Declaração da Independência da Guiné-Cabo Verde vem mais uma vez confirmar a justeza da tese científica do marxismo-leninismo-maoísmo acerca da situação actual da luta de classes no mundo: que a tendência principal é para a Revolução; que "esta é a época histórica em que no mundo o capitalismo e o imperialismo caminham para a ruína, e o socialismo e a democracia popular marcham para a vitória".

A bandeira da Guiné-Cabo Verde independente é também o rubro estandarte do internacionalismo proletário e da Revolução Mundial Proletária!

5 - Os povos de Angola, da Guiné e Moçambique - tal como um grande número doutros povos oprimidos - verificaram com os seus próprios olhos que o colonialismo, o imperialismo e o social-imperialismo, que os exploradores, os fantochas da agressão e os reacccionários não se retiram voluntariamente da cena da história. Ao mesmo tempo, assimilando a verdade universal do marxismo-leninismo-maoísmo de que "o poder está na ponta da espingarda", aqueles povos compreenderam que só a via da insurreição popular armada lhes poderia trazer a vitória desejada. Esta é uma importantíssima lição que o povo português tem de aprender a fazer rapidamente sua! (Na Declaração do P.R.P.P. de 21 de Janeiro de 1973)

Esta nova e retumbante vitória da luta armada de libertação nacional do povo da Guiné-Cabo Verde constitui mais um triunfo da violência revolucionária popular sobre a violência reacccionária colonial imperialista.

É a vitória da linha proletária marxista-leninista-maoísta acerca da imprescindibilidade da revolução popular armada na época do imperialismo, sobre a linha contra revolucionária chefiada pelo renegado camarilha revisionista soviética, a qual adianta a sua sinistra "via pacífica" para a "tomada do poder" com o fito de desarmar política, ideológica e militarmente os povos e torná-los assies presa fácil do expansionismo colonialista e neo-colonialista do imperialismo americano e da política imperialista russa.

É a confirmação também da justeza da linha proletária, da via da revolução popular armada para a Revolução Democrática e Popular em Portugal, definida e defendida pela vanguarda da classe operária, o P.R.P.P., contra a linha anti-proletária, traidora e pacifista da chamada "revolução democrática nacional" do P.C.P. revisionista e dos seus apêndices neo-revisionistas.

A este respeito, o significado profundo da Proclamação da Independência da Guiné-Cabo Verde, como grande vitória da luta popular armada, desmascara de forma particularmente nítida a natureza e os objectivos de classe do revisionismo. Ao opôr à linha política proletária de transformação da guerra colonial-imperialista em guerra civil revolucionária, a sua política do "referendo", do "debate nacional" e das "negociações prévias"; ao opôr à revolução popular armada a via do legalismo, do reformismo e do pacifismo; ao opôr, em aliança com a ditadura colonial-fascista, à preparação e acumulação de forças para a revolução da farsa eleitoral agora iniciada - o partido revisionista do Barreirinhas Cunhal não fez mais do que intensificar a sua luta contra a classe operária e o povo, reforçando o seu conluio com a grande burguesia monopolista numa frente comum contra as forças ascendentes da Revolução. A farsa eleitoral (a que agora toda a burguesia em grande alarido se agarra para tentar abafar o trovão revolucionário da Independência da Guiné-Cabo Verde) é mais um embuste legalista e reformista com que a aliança fascista-revisionista sonha dividir a corrente única da luta dos povos portugueses, angolano, guineense e moçambicano, ludibriar e desabilitar as massas populares do Portugal e travar a sua marcha invencível para o desencadeamento da guerra civil revolucionária.

Debalde!

A classe operária e o povo português, dirigidos pela vanguarda marxista-leninista-maoísta, inspirados no magnífico exemplo do povo irmão da Guiné-Cabo Verde, bem como de os povos irmãos de Angola e Moçambique, porfiará na via de transformar a guerra colonial imperialista em guerra civil revolucionária e isolará e esmagará o conluio fascista e suas farsas eleitorais.

A bandeira da Guiné-Cabo Verde independente é também o rubro estandarte da revolução popular armada!

6 - A Proclamação da Independência Nacional da Guiné-Cabo Verde precipita a fase final e derradeira do domínio colonialista português.

É o elo mais fraco da cadeia colonial-imperialista em África, prestes a quebrar-se sob o fogo da guerra popular. Ele amastará atrás de si a derrocada total não só do sistema colonialista português, mas de todos os bastiões colonialistas e racistas que ensanguentam as nações oprimidas de África. É já a nova aurora libertadora que desponta para os povos de Angola, Moçambique, Zimbábue, Namíbia e África, na primeira linha da luta de libertação nacional no continente Africano.

Mas não só!

Ao cumprir a sua missão histórica de forjar pelas armas a Independência da pátria oprimida, ao participar por essa forma na ruína do domínio colonialista da burguesia portuguesa, o povo da Guiné-Cabo Verde contribui de uma maneira fraternal e internacionalista para ajudar o povo português, através da consequente agudização da crise revolucionária no nosso país.

A Proclamação da Independência mergulha a burguesia colonial-fascista e os seus lacaios revisionistas, neo-revisionistas, social-democratas, liberais e C.ª, na confusão e no pânico. Materializa aos olhos das massas o colonialismo e o Estado fascista como um tigre de papel que o povo armado começa já a esfregar-lhar.

Reforçar o isolamento e denúncia da política neo-colonialista e social-chauvinista do P.C.P. revisionista e dos seus apêndices neo-revisionistas. A independência na ponta das espingardas! Eis a resposta que o povo irmão da Guiné-Cabo Verde, bem como os povos irmãos de Angola e Moçambique dão ao cacarejar do pânico revisionista por "negociações prévias", pelo "referendum" e pelo "debate nacional"!

A guerra do povo derrota e esmaga a "luta pela paz" do conluio fascista-revisionista!

Por seu turno o magnífico exemplo revolucionário do povo da Guiné-Cabo Verde é um vento que sopra forte sobre as fábricas e os campos de Portugal, enchendo de alegria, de entusiasmo e de determinação combatente os operários e camponeses da nossa pátria!

A Declaração de Independência da Guiné eleva a consciência política revolucionária das largas massas populares portuguesas, o seu ódio da classe ao fascismo, ao colonialismo e ao revisionismo, o amor ao seu Partido de vanguarda, ao marxismo-leninismo-maoísmo, à revolução popular armada, aos povos irmãos das colónias e do mundo inteiro.

Ela contribui para criar as condições políticas, organizativas e ideológicas para a fundação do partido marxista-leninista-maoísta do proletariado português. Ela explicita aos olhos da classe operária e do povo português, como nenhum acontecimento político recente, a linha da transformação da guerra colonial em guerra civil revolucionária como a via que ela deve trilhar para o triunfo da Revolução Democrática e Popular e instauração da ditadura democrática popular, primeiro porto na rota do Socialismo e do Comunismo.

A Declaração da Independência da Guiné-Cabo Verde é, desde 1961, ano do início da luta armada de libertação nacional em Angola, a mais ardorosa do colonialismo e do imperialismo em África, o mais precioso contributo internacionalista proletário para a criação de condições objectivas propícias ao desencadeamento de grandes lutas revolucionárias em Portugal!

Ela é o sonoro clarim, que enche de incontável alegria e entusiasmo o coração do povo português! O sol radioso da Revolução Popular, começa também na nossa pátria a rasgar as trevas da noite colonial-fascista!

A bandeira da Guiné-Cabo Verde independente é também o rubro estandarte da Revolução Democrática Popular!

7 - Toda a burguesia reaccionária e toda a santa aliança fascista-revisionista entrou no pânico e no desespero.

Impossibilitados de calar com as suas polícias, as suas censuras, o seu aparelho repressivo, as suas paternalistas "conversas em família", o troar mundial dos povos, de regozijo pela grande vitória do povo da Guiné-Cabo Verde; impotente para impedir que a voz e os pontos dos trabalhadores portugueses se ergam também em luta e em festa sobre a ombro com o povo irmão da Guiné-Cabo Verde, a burguesia colonial-fascista lança-se numa campanha desenfreada de repressão e mistificação. A burguesia colonial-fascista prende, tortura, ocupa militarmente as ruas e as estradas na tentativa desesperada e vã de impedir que a luta dos povos das colónias e do povo português se fundam numa única, fraterna e internacionalista batalha contra os mesmos inimigos e pelos mesmos objectivos revolucionários, na tentativa quimérica de impedir que o exemplo glorioso do povo da Guiné-Cabo Verde bem como dos povos irmãos de Angola e Moçambique frutifiquem quais sementes no coração dos trabalhadores portugueses.

Mistifica, mente, ofende, proíbe, para salvar a sua farsa eleitoral, para tentar desviar a marcha do povo para a Revolução, para impedir que esta grande vitória revolucionária se transforme no cutelo impiedoso e esmagador da farsa fascista-revisionista, e da sua política opressora, do seu estado burguês.

Em ambas as tarefas é constantemente servida pelos seus lacaios do P*CP revisionista e seus apêndices neo-revisionistas. Af os temas, afogados por mais este desaire, cambaleando na barca eleitoral já meia afundada a gaguejar: "o que interessa é salvar as eleições!", "a independência não passa afinal dumha medida diplomática!", "negociações prévias!", "Paz, paz!".

Af os temas conluídos com o fascismo a tentar acanar a vitória do povo da Guiné-Cabo Verde com as suas discussões eleitorais cast

Hisaráveis lacaios!

Nenhuma farsa poderá impedir que rompendo todas as barreiras, desfazendo todos os embustes, a classe operária e as massas populares, desçam à rua para gritar bem alto o seu regozijo, o seu entusiasmo, a sua determinação revolucionária, festejando a proclamação da Independência da Guiné-Cabo Verde e saudando fraternalmente o glorioso povo irmão guineense!

Nenhuma farsa, nenhum estado, nenhum exército, nenhuma polícia, nenhum partido burguês poderão jamais impedir que o povo português seguindo o exemplo luminoso dos povos irmãos das colónias, empunhe ele próprio as armas com que aqueles já combatem, para esmagar o estado colonial-fascista, expulsar o imperialismo, alcançar o P*DU, a PAZ, a TÊMIÁ, a LIBERTADUE, a DEMOCRACIA e a INDEPENDÊNCIA NACIONAL, objectivos da Revolução Democrática e Popular!

Façamos flutuar nas ruas, às centenas, aos milhares, o glorioso estandarte da Guiné-Cabo Verde Independente!

8 - A transformação da guerra colonial em guerra civil revolucionária é simultaneamente o conteúdo principal do dever internacionalista proletário da classe operária portuguesa face à guerra de libertação nacional dos povos irmãos das colónias e o caminho que a classe operária e o povo português têm de trilhar para levar à vitória a Revolução Democrática e Popular. Mas para que o povo português possa seguir o glorioso exemplo revolucionário do povo da Guiné-Cabo Verde e dos povos irmãos das colónias, para que também ele possa desencadear a luta popular armada e instituir o poder popular, ele necessita dumha arma indispensável: do seu estado maior proletário revolucionário, do partido marxista-leninista-maoísta.

A tarefa central dos comunistas portugueses é a de criar as condições dum tal Partido! É a de fundá-lo no fragor da luta de classe, no calor das tempestades revolucionárias, a partir da fusão do marxismo-leninismo-maoísmo com o movimento operário! É a de fundá-lo, nomeadamente, no ardor das grandes batalhas populares anti-colonialistas! É a de fundá-lo nas ruas, festejando revolucionariamente, sob o rubro estandarte do internacionalismo proletário, a Declaração de Independência nacional do povo irmão da Guiné-Cabo Verde!

9 - A justa luta armada de libertação nacional do povo da Guiné-Cabo Verde continua ainda - agora para expulsar os últimos redutos colonialistas do solo pátrio. A P clamação de Independência, ao mesmo tempo que grangeará para o heróico povo guineense a simpatia e o apoio da classe operária e dos povos de todo o mundo, concitará contra ele e contra a nova República o ódio e a fúria de toda a reacção mundial: do imperialismo, do social-imperialismo, da burguesia colonial-fascista e respectivos lacaios revisionistas e neo-revisionistas. O social imperialismo revisionista soviético, tal como já o tentou no passado (e no passado recente!) procurará exercer toda a espécie de pressões e chantagens, na ânsia de escanteiar a vitória ao povo da Guiné-Cabo Verde, de levar por diante, em conluio com o imperialismo yanque, a sinistra política da hegemonia dos dois superpotências. O partido de Barreirinhas (unha) é no nosso país o agente desta política social-imperialista revisionista soviética. Por outro lado, a burguesia colonial-fascista portuguesa, tal como um cão raivoso nas vascas da morte, procurará rorder o país que possa antes de desaparecer.

Cabe ao povo português levantar bem alto a bandeira do internacionalismo militante e intensificar o seu combate. Cabe-lha sobre a ombro com o povo da Guiné, aprofundando e desenvolvendo o espírito das jornadas de 9 de Fevereiro, o de combater, enfrentar, desmascarar e derrotar o

conluio fascista-revisionista e suas últimas e desesperadas manobras criminosas contra a República da Guiné-Cabo Verde e o seu povo.

O Comité Lenine conchama as amplas massas populares do nosso país à organização e à luta em apoio dos povos irmãos das colónias e, em particular, em apoio do povo irmão da Guiné-Cabo Verde.

Que a vitória do povo guineense ecoe por todo o país e obtenha um apoio resoluto e sem reservas ! Que ela se traduza numa incontável vaga de batalhas revolucionárias contra o colonialismo, o imperialismo, a guerra colonial imperialista, a exploração capitalista, a repressão fascista e o revisionismo ! Que o povo reduza a pó o conluio e a farsa eleitoral fascista/revisionista ! Que os soldados e marinheiros levantem a sua bandeira, a bandeira do internacionalismo proletário, e transformem os quartéis do exército colonial fascista num inferno para a burguesia ! Sabotemos e paralizemos o aparelho militar colonial-fascista ! Que a juventude operária, camponesa e estudantil deserte com armas !

CONTINUAMOS À REPRESSÃO COLONIAL-FASCISTA U PUNHO DE AJO-UO PUNO !

GUERRA DO POVO À GUERRA COLONIAL IMPERIALISTA !

— GLÓRIA AO POVO DA GUINÉ-CABO VERDE !
VIVA O P.A.I.G.C. !

— VIVA A RÉPUBLICA DA GUINÉ-CABO VERDE !

— VIVA A JUSTA E INVENCÍVEL LUTA ARMADA DE LIBER-
ÇÃO NACIONAL DOS POVOS IRMÃOS DA GUINÉ, ANGOLA
E MOÇAMBIQUE !

— GUERRA DO POVO À GUERRA COLONIAL IMPERIALISTA !

— FOGO SOBRE O CONLUIO COLONIAL
FASCISTA-REVISIONISTA !

— VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
E A REVOLUÇÃO MUNDIAL PROLETÁRIA !

— VIVA O SOCIALISMO E O COMUNISMO !

VIVA A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

POPULAR !



VIVA O M.R.P.P. !

26 de Setembro de 1973

COMITÉ LENINE
(Órgão Central do M.R.P.P.)

SOLIDARIEDADE MILITANTE COM OS POVOS DO MUNDO EM LUTA



VIVA A REVOLUÇÃO MUNDIAL PROLETÁRIA

GUINÉ - ELO FRACO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

AO PROLETARIADO DE LISBOA:

A 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda, as forças populares dirigidas pelo MPLA, entetavam a luta armada contra o colonialismo português laçao do imperialismo mundial. Este exemplo audaz não deixou de ser seguido pelos Povos da Guiné e Moçambique, que, respectivamente em 1962 e 1963, pegavam igualmente em armas e juntavam-se ao Povo angolano na constituição de uma frente comum contra a dominação colonial-imperialista.

Rebentando as algemas da exploração e da opressão, levantando-se contra o jugo colonialista de cinco séculos, os Povos de Angola, Guiné e Moçambique, atingem com a luta armada a fase suprema da sua secular luta contra a exploração, a opressão, o colonialismo e o imperialismo.

Desde então, a guerra popular armada não deixou de se desenvolver. As zonas libertadas alargam-se cada vez mais. A luta estende-se a todo o território, desencadeada por um exército popular cada vez mais firme e decidido a libertar a sua pátria. Ao mesmo tempo, nas zonas sob controle das forças populares constrói-se uma sociedade nova, uma economia e cultura verdadeiramente nacionais.

Como resposta, a burguesia colonial-fascista, vivamente apoiada pelos seus patrões imperialistas, desencadearam uma onda de terrorismo contra esses gloriosos Povos. É o napalm, o genocídio, os campos de concentração, as prisões em massa, etc., etc., tudo serve aos colonial-imperialistas para tentar criar uma barreira à luta popular. Mas tudo isso não é mais do que "levantar uma pedra para a deixar cair sobre os seus próprios pés". Como disse o camarada MAO em Novembro de 1957: "No fim de contas as várias perseguições que (os nacionais) movem contra o povo revolucionário apenas servem para acelerar a revolução popular numa escala ainda maior e mais intensa".

Exemplo vivo desta tese é a forma como o Povo da Guiné e Cabo Verde respondeu ao vil assassinato do seu chefe nacional AMILCAR CARRAL. Desenvolvendo em grande escala a guerra popular, cercando completamente a cidade de Bissau, o Povo guineense aproxima-se cada vez mais da vitória final e, lança o pânico nas fileiras da burguesia fascista. É por isso que o laçao Spínola vem apressado a Lisboa pedir conselhos aos seus patrões e que a CUP, essa companhia de ladroes, de exploradores, de colonialistas e de imperialistas, vem anunciar a doação de alguns milhares de quilómetros quadrados de terreno à população para exploração comunitária. Que ironia! Eles que vivem do roubo e da pilhagem, vêm doar terrenos ao Povo! Vêm doar terrenos libertados com o sangue e a luta das forças populares, isso sim! Vêm doar terrenos que não possuem, como não podia deixar de ser. Quando está com a corda ao pescoço, tudo serve à burguesia para tentar enganar o Povo, para se mostrar numa situação contrária aquela em que realmente se encontra.

Perseverando, desenvolvendo e alargando a guerra popular armada, o glorioso Povo da Guiné está na vanguarda da luta contra a burguesia colonialista portuguesa e seus patrões imperialistas, é actualmente da frente comum de três povos coloniais,

aquela que mais perto se encontra da vitória, e o elo mais fraco do domínio colonial-imperialista.

Perseverando numa firme união, os Povos das colónias farão certamente que o colonialismo e o imperialismo se afoguem no grande mar vermelho da guerra popular.

VIVA A LUTA DOS POVOS DAS COLÓNIAS!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

"A tarefa central e a forma suprema de revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra" (Mao Tsé Tung "Problemas da guerra e da estratégia, pág.1).

Ao pegar em armas, ao lançar a guerra prolongada, os Povos das colónias resolveram no essencial o problema que se põe aos Povos do mundo inteiro - ou seja a questão da tomada do poder pelo Povo.

Essa questão é de primordial importância também para o Povo português.

Em Portugal o domínio que se exerce sobre o Povo, é o domínio da burguesia, o domínio dos colonialistas e dos imperialistas, sustentado pela repressão armada. A semelhança daquilo que fizeram os Povos de Angola, Guiné e Moçambique, o Povo português tem de pegar em armas, lançar a revolução armada para se opôr à contra revolução armada, conquistar e perseverar o PODER DO POVO.

Extraindo da experiência histórica dos Povos de Angola, Guiné e Moçambique, o ensinamento precioso de que só a luta armada, poderá levar o Povo à vitória sobre o inimigo odiado, o proletariado português à frente do Povo, deve selar com eles desde já, uma aliança firme e decidida, na luta contra a burguesia colonial-fascista portuguesa e os seus patões imperialistas dos quais se encontra cada vez mais dependente; deve usar transformar a guerra colonial-imperialista numa GUERRA CIVIL REVOLUCIONÁRIA.

Assim, o internacionalismo proletário, que une os corações dos Povos de todo o mundo e no caso português, que nos deve unir antes de mais, com os Povos das colónias, brilhará triunfante, sobre toda a ignomínia e a lama que sobre ele lançaram os revisionistas, os neo-colonialistas do P"CCP.

Neste glorioso 1º.MAIO, dia em que os trabalhadores de todo o mundo celebram militantemente a sua firme união, os trabalhadores portugueses devem, na rua, manifestar o seu apoio decidido às lutas dos Povos das colónias.

VIVA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DOS POVOS DE ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE!

GUERRA DO POVO À GUERRA COLONIAL!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

ABAIXO OS NEO-COLONIALISTAS, OS REVISIONISTAS DO P"CCP!

VIVA O SOCIALISMO E O COMUNISMO!

VIVA O MRPP!

TODOS AO ROSSIO AS 19,30 H

COMITÉ DIRECTIVO DA
ZONA KARL MARX DO MRPP

26 de Abril de 1973

MOVIMENTO REORGANIZATIVO DO PARTIDO DO PROLETARIADO

TODOS AO COMÍCIO POPULAR

DOMINGO DIA 18 DE FEVEREIRO ÀS 15h30

HOMENAGEM A AMÍLCAR CABRAL

FILME NO PINCHA
SOBRE A LUTA DO POVO DA GUINÉ
TEATRO COM A PEÇA SOLIDARIEDADE

NO N. 17 RUE DE L'AVRE, PARIS 15^e
Metro LA MOTTE PICQUET-GRENELLE



ASSASSINADO A 20 / 1 / 1973

A OS TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

O regime de Caetano acaba de acrescentar à já longa lista de assassínios como os de:

BENTO GONÇALVES, MILITÃO RIBEIRO, DIAS COELHO, CATARINA EUFÉMIA, HUMBERTO DELGADO, DANIEL TEIXEIRA, EDUARDO MONDLANE, RIBEIRO DOS SANTOS e tantos outros, o nome de AMÍLCAR CABRAL.

No sábado, dia 20 de Janeiro, às 22h30m, AMÍLCAR CABRAL foi bárbaramente assassinado à saída de sua casa, em Conacry (Guiné), por agentes da Pide. Estes tinham se traiçoeiramente infiltrado no PAIGC.

QUEM ERA AMÍLCAR CABRAL?

AMÍLCAR CABRAL era o secretário geral do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde).

Sob a sua direcção, os patriotas da Guiné tinham nos últimos meses consolidado ainda mais as suas zonas libertadas, obrigando o exército colonial a não se aventurar para além de Bissau e de outras praças fortes. AMÍLCAR CABRAL preparava-se para anunciar a formação de um Estado independente da Guiné, tendo para isso sido já efectuada a eleição da Assembleia Nacional Popular.

E assim, numa vã tentativa de pôr um termo à vitória das forças da liberdade, que o fascismo recorre aos mais horrendos crimes, que vão desde a tortura bárbara, à morte lenta, o bombardeamento com bombas incendiárias (napalm), de campos e aldeias até à invasão da República da Guiné com o vil intento de atacar o quartel general do PAIGC, na capital daquela República. Desesperados, vendo que nada parava o desenvolvimento vitorioso da guerra popular na Guiné, os fascistas colonialistas portugueses, apoiados por todos os inimigos dos povos, recorrem ao assassinato de AMÍLCAR CABRAL.

.../...

Mas este crime, tal como os outros, não poderá pôr termo à firme determinação dos povos da Guiné e de Cabo Verde. Nesta etapa dolorosa da sua luta, os povos da Guiné e de Cabo Verde contam com o apoio dos povos de todo o mundo e em particular contigo, trabalhador português.

Sim, contigo!

O Partido de que AMÍLCAR CABRAL era membro, o próprio AMÍLCAR CABRAL, falando do trabalhador português, considerava-o um amigo, o seu principal aliado.

Dirigindo-se aos soldados portugueses, o PAIGC diz num panfleto:

NÓS NÃO LUTAMOS CONTRA O POVO PORTUGUÊS, CONTRA INDIVÍDUOS PORTUGUESES OU FAMÍLIAS PORTUGUESAS.

PEGAMOS EM ARMAS PARA LIQUIDAR NA NOSSA TERRA A DOMINAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA, QUE NUNCA CONFUNDIMOS COM O POVO DE PORTUGAL.

Apoiando a luta do PAIGC, lutando contra o inimigo dos povos africanos, tu lutas contra o teu próprio inimigo, isto é a burguesia portuguesa, aqueles que te exploram ao ponto de teres de abandonar a tua casa e a tua família, para vires procurar noutros países o pão que te falta.

Lutar contra a guerra colonial é uma das maneiras que tens de te libertar, pois um povo que oprime outro não pode ser livre.

O assassinato do heróico patriota AMÍLCAR CABRAL é também um crime dirigido contra o povo português.

O povo português, na sua luta pelo PÃO, a PAZ, a TERRA, a LIBERDADE e a INDEPENDÊNCIA saberá contribuir para vingar a morte de AMÍLCAR CABRAL.

Junta-te às associações de trabalhadores portugueses que, respondendo ao apelo lançado pelo Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados, organizam um grande comício popular e uma campanha de protesto contra este crime e de apoio à justa luta dos povos das colónias: Guiné e Cabo Verde, Angola e Moçambique.

GLORIA A AMÍLCAR CABRAL!

OS POVOS DAS COLÓNIAS VENCERÃO!

SOLIDARIEDADE ENTRE TODOS OS POVOS!

Associações que se juntaram ao apelo:

Clube dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris

Centro Português de Convívio Outubro

Clube dos Trabalhadores Portugueses de Bourg-la-Reine

"Encontro Português", de Puteaux

"O Salto" Jornal dos Trabalhadores Portugueses Emigrados

com a participação de

Comité de Apoio aos Desertores, Refractários e Insubmissos Portugueses.